

Leo Vinicius

GUERRA DA TARIFA

2004 - 2005

Passage Livre em Floripa



A GUERRA DA TARIFA

Leo Vinicius



A GUERRA DA TARIFA

A GUERRA DA TARIFA

Leo Vinicius

**2005
(C) Copyleft
Fáisca Publicações Libertárias**

Projeto de capa: Danilo Carpigiani
Diagramação: Felipe Corrêa

(C) Copyleft - É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Faísca Publicações Libertárias

www.editorafaisca.net

Caixa Postal 4147 - São Paulo/SP 01061-970

faisca@riseup.net

SUMÁRIO

Introdução

09

A Guerra da Tarifa

25

Do Buzu à Revolta...26

A JRI...29

Dia 28 de junho...30

Dia 30 de junho...33

Dia 1 de julho...38

Dia 2 de julho...40

Dia 5 de julho...44

Dia 7 de julho...45

Dia 8 de julho...48

Parasitas...50

Mídia...51

Repressão...54

Sobre “Violência”...57

Caça às Bruxas...58

À Guisa de Continuação...60

Resoluções da Plenária Nacional

63

Contatos do Movimento no Brasil

64

INTRODUÇÃO

Vamos revolucionar!
É a única coisa boa, a única realidade da vida.
P.-J. Proudhon

*A Guerra da Tarifa*¹ é um relato feito no calor dos acontecimentos; logo após a vitória de um movimento/revolta popular que fez retroceder um aumento de tarifas de ônibus em Florianópolis, no ano de 2004. Trata-se de algumas memórias de um anarquista, sobre as duas semanas de sua vida.

Não foi uma revolução, evidentemente (não houve alteração da estrutura econômica, social e política), mas não esteve longe de ser uma insurreição. E era difícil prever o que poderia ocorrer naquela quinta-feira, 8 de julho, caso, pouco antes da meia-noite de quarta-feira, através do Poder Judiciário, a classe dirigente não houvesse revogado o aumento das tarifas. O ultimato dado pelo movimento, a convocação de megamanifestações e a desobediência civil generalizada, deixaram a cidade em verdadeiro clima pré-insurrecional. Havia planos de ocupar/tomar pontos simbólicos de poder, como a Prefeitura, a Assembléia, etc.. Enfim, se a massa resolvesse tomar esses lugares e se achar no direito e no dever de se autogovernar, a situação poderia sair completamente do controle das autoridades constituídas (e destituídas!), ou pelo menos ser criado um abalo político sem precedentes na cidade. E a classe dirigente

sabia bem desse risco e dessas intenções, deixadas vazar propositalmente como parte de uma guerra psicológica.

Mais uma vez, e como sempre, é a perspectiva revolucionária que arranca as reformas e reivindicações pontuais. É preciso almejar e planejar a revolução mesmo para conseguir melhorias neste sistema.

* * *

Como dizia, a “guerra da tarifa” não foi uma revolução, não esteve tão distante de ser uma insurreição, mas continha a emergência da força coletiva e popular que modifica o ambiente, modifica nossas sensações, nosso espírito e que está na própria essência das revoluções e insurreições... Inútil tentar explicar. Eis a tentativa que fiz, duas semanas depois, para uma amiga:

“é algo indescritível sentir a força da ação coletiva das pessoas nas ruas... uma mudança de subjetividade no ar... E estávamos em luta... era muito cansativo, tínhamos sempre que pensar o dia seguinte, correr atrás das coisas, era uma batalha em muitos sentidos. Foi maravilhoso. E não só para mim. Tudo fica muito pequeno perto da ‘revolução’.”

Mesmo aquilo que lhe dá prazer no dia-a-dia, suas atividades lúdicas favoritas, seus vícios, seus namoros, suas poses, suas músicas prediletas, as fugas do fim ou do meio de semana, enfim, tudo fica muito pequeno e sem sentido diante do estado e dimensão que se abre pelo despertar popular, pelo despertar coletivo em massa, pela sua auto-organização. Os situacionistas insistiam no caráter

festivo das revoluções. Mas, acima de tudo, as revoluções são aquilo que fazem as festas que conhecemos, e todo o resto das nossas atividades e gostos cotidianos, serem percebidos como meros adágios, como passatempo de acamados. Num momento de revolta de massa/revolução/insurreição, a sensação e a certeza são de que até então não havíamos vivido. A epígrafe de Proudhon ganha um ar de verdade indelével. Não é surpreendente, seguindo a leitura de George Woodcock, que as revoluções das quais Bakunin participara haviam inspirado nele uma exaltação quase mística, buscando ele em sua velhice as experiências revolucionárias não apenas como meios para atingir determinados fins, mas como experiências por si mesmas, capazes de colocá-lo acima da rotina cotidiana.²

O que deveria nos surpreender é toda a cinematografia e vulgarização em torno da imagem que relaciona “beijos e barricadas”, principalmente em relação a Maio de 68. Para um “revolucionário”, há mais coisas a se fazer durante uma “revolução” do que dar beijos e fazer sexo, que por sinal, perde muito seu poder de comoção nesses momentos. Para os liberais, isso pode soar puritano ou asceta; para um revolucionário é apenas uma questão de estar em sintonia com “a única coisa boa, a única realidade da vida”.

Evidentemente, a “guerra da tarifa” também teve suas cenas de filme. Talvez nada mais adequado nesse sentido do que lembrar que o primeiro dia de manifestações começou com os alunos do Colégio de Aplicação (principal base da Campanha pelo Passe-Livre na cidade) pulando as grades e cercas do colégio para formarem uma marcha que seguiria até o centro, fechando no caminho o terminal da Trindade. Bastante simbólico e inspirador que

tenha começado com jovens estudantes pulando as cercas do colégio, num ato de indisciplina, fuga e insubordinação. As amarras dos estudantes e da juventude estão mais sujeitas a serem rompidas, até porque são em geral menos apertadas do que a dos seus pais, subordinados imediatamente ao patrão, ao emprego e ao capital.

Se lembrarmos também que a maior “greve geral” da história – ocorrida em maio de 68 na França – teve como estopim uma revolta estudantil (num sistema universitário deveras arcaico e autoritário), o papel da juventude e dos estudantes numa dinâmica de mobilização, transformação e revolução social ainda está para ser devidamente avaliado e ponderado. O fato é que, com o fenômeno da escolarização de massa ocorrido no século XX, os estudantes não são sequer uma categoria numericamente desprezível. Ao mesmo tempo em que formam uma categoria propensa a se perder em mediocridades próprias do meio estudantil, olhando para seu próprio umbigo dentro de seu mundinho fechado e ao mesmo tempo passageiro – o que é verdade principalmente em relação aos universitários – ela também tem sido ponta-de-lança e estopim de muitas lutas sociais. O desprezo com que algumas correntes de extrema-esquerda – incluindo anarquistas que não querem ter dúvidas de que realmente estão militando com as “camadas populares” e potencialmente revolucionárias – encaram o papel que podem desempenhar os estudantes e a juventude, deveria ser no mínimo matizado. Apesar de não ser possível assentar as bases de uma nova sociedade sobre essa categoria, ela tem demonstrado há tempos seu poder de dinamizar e colocar as lutas sociais em novos e radicais patamares.

O ano de 2004 foi de vitórias populares bastante expressivas em Florianópolis. Vitórias trabalhistas, de associações comunitárias e do passe-livre estudantil.

A comunidade da Vila Santa Rosa conseguiu uma vitória sobre o Banco Santander, que queria simplesmente tomar as residências e terrenos em que moravam as 160 famílias, alegando ser o proprietário (famílias de baixa renda morando “erradamente” em uma área que se tornara valorizadíssima com o decorrer dos anos). A impressão que me restou é de que o movimento pela redução das tarifas teve considerável impacto nessa vitória. As classes dirigentes (executivo, legislativo, judiciário) ainda estavam com a recente memória da revolta popular, e provavelmente com o temor de que aquele povo razoavelmente organizado e revoltoso se levantasse diante de mais essa injustiça. Outro elemento que talvez tenha contribuído, foi o papel do Centro de Mídia Independente (CMI) em ambos.³

As manifestações contra o aumento das tarifas foram convocadas com *CMIs na Rua* colados pela cidade. Durante as manifestações, milhares de boletins do CMI eram produzidos diariamente e entregues para a população. Nessas semanas, o CMI se tornou tão popular, rompendo a barreira de classe entre produtores e leitores, que uma senhora negra, de idade avançada, e provavelmente não de classe média, ao ver a distribuição de uma folha veio perguntar, “é do CMI?”, pegando um exemplar para si. A cobertura e divulgação intensa do CMI durante a luta da Vila Santa Rosa de alguma forma associava uma “marca” que trazia consigo um espectro de fortes e recentes mobilizações populares com a resistência dessas famílias, o que na cabeça das classes dirigentes poderia apontar um outro levante

popular de proporções indesejáveis. Efeitos de um CMI “combativo e classista”.

* * *

Dia 15 de setembro eu chegava de viagem na rodoviária. Sabia que estava programada manifestação dos praças (soldados, cabos e sargentos) da polícia militar e ocupação da Câmara de vereadores à noite pelo passe-livre. Chegava num dia que prometia. E mal havia saído da rodoviária já via a marcha dos praças vindo, com alguns companheiros do passe-livre. Se o ônibus demorasse mais quinze minutos eu teria ficado parado do outro lado da ponte, e não teria conseguido entrar na ilha, já que a marcha dos praças se dirigia à ponte. Mal passei de ônibus pela ponte, já estava eu nela novamente, dessa vez junto com cerca de 500 manifestantes, na maioria policiais militares, lutando por direitos salariais e com discurso comunista no carro de som – diziam entre outras coisas que estavam cansados de atuar pra defender a propriedade e a burguesia. A ousadia dos estudantes de fechar a ponte para os carros, contra o aumento das tarifas, apontou essa possibilidade para outras categorias. E afinal, quem iria reprimir os praças?

A APRASC (Associação dos Praças de Santa Catarina) e a Campanha pelo Passe-livre criaram e fortaleceram vínculos em 2004, com apoios recíprocos em diversos e importantes momentos.

À noite, ocupação da Câmara, exigindo agilização e aprovação do projeto do passe-livre nas comissões legislativas e uma data para votação. Vários ocupantes dormiram no recinto. Nunca na cidade a Câmara havia sido ocu-

pada daquela forma. Na cadeira do presidente da Câmara sentava um engraxate. No dia seguinte, faixas e militantes com megafone na sacada davam um ar subversivo ao centro da cidade. Esteticamente, para um revolucionário, era bonita a aproximação à Câmara de vereadores naquele dia.

Os vereadores se comprometeram a agilizar a tramitação do projeto e votá-lo no dia 26 de outubro. Com essa data em mãos, a questão era trazer o máximo de pessoas às ruas e à Câmara no dia 26. E outubro era também o mês das eleições municipais...

A Campanha pelo Passe-Livre (CPL) realizava já durante o ano uma campanha pelo voto nulo, vendendo camisetas e distribuindo panfletos. O segundo turno das eleições municipais seria alguns dias depois do dia 26 e, olhando agora para trás com a lei do passe-livre já aprovada e sancionada, me parece que a conjuntura do segundo turno foi favorável ao movimento. Isso porque o segundo turno foi composto por dois candidatos de direita (PSDB e PP, este último da situação). Para grande parte dos eleitores a escolha era entre a merda e a bosta, e a idéia de “voto nulo” se tornou bastante popular e espontânea. Vi, por exemplo, vários modelos diferentes de camisas de “voto nulo” durante a campanha eleitoral para o segundo turno. A derrota do candidato do PP era iminente, pelas pesquisas. Para um partido tão acostumado a ser governo em Santa Catarina, e há oito anos seguidos na prefeitura de Florianópolis, era um desastre... tão acostumados que estavam em estar no governo, provavelmente se abatia uma crise existencial e um desespero nos seus burocratas.

Fato é que num dia de uma semana de outubro ocorreu uma pichação sistemática chamando “voto nulo” em

um bairro de Florianópolis. E não foi a Campanha pelo Passe-Livre a responsável. No dia seguinte às pichações, muitos policiais circulavam pelo bairro, quantidade que nunca havia visto antes e que chamava a atenção de todos. Nessa mesma semana, alguns dias depois, um vereador do PFL (que estava coligado com o PP), cuja base eleitoral era desse mesmo bairro, entra em contato com a Campanha pelo Passe-Livre.

A proposta do vereador era garantir a aprovação do passe-livre para alguns setores estudantis (municipais, estaduais...) em troca de algum apoio da Campanha à candidatura do PP, mesmo que um apoio indireto. O vereador dizia que os jovens do seu bairro estavam propensos a votar nulo. Era óbvio, o PP queria reverter os votos nulos em votos para o seu candidato, e achava que a CPL poderia conseguir isso.

Antes de prosseguir é importante destacar que a Campanha pelo Passe-Livre foi procurada por esses políticos – ligados umbilicalmente à própria oligarquia contra a qual lutamos durante a “guerra da tarifa” – não pelos membros da CPL serem os únicos na cidade que fizeram algum tipo de divulgação pelo voto nulo, mas por serem os mais *organizados*, os que fizeram a campanha mais sistemática, por terem se tornado uma força social e política na cidade, também fruto de organização, de autodisciplina, por terem demonstrado capacidade de mobilizar a juventude e setores da população. Por serem organizados, se constituindo em uma força social, até mesmo as pichações individuais ou de grupos dispersos e efêmeros acabaram se revertendo favoravelmente à CPL. O que é uma grande lição, até mesmo para quem não quer ver seu esforço ser capitalizado por outros: se organize, faça algo bem feito,

sistemático, com seriedade, com objetivos estratégicos apontados.

Não podemos esquecer também que a CPL estava se preparando para uma megamanifestação no dia 26 de outubro, com espírito de radicalização. E uma grande manifestação de reivindicação popular na semana da eleição marcaria definitivamente a derrota da situação (PP) nas urnas.

Um canal de diálogo foi aberto entre PP/PFL e a CPL. O jogo de xadrez estava montado. Inteligentemente, a CPL não se negou às negociações. Por que se deveria ter repugnância em conversar com essa gente, uma vez que o passe-livre estava sendo reivindicado aceitando-se a mediação do Estado, ou seja, através de um projeto de lei, dentro da institucionalidade estatal? Nesse sentido, seria infantil e sem sentido se recusar a dialogar com legisladores, com possíveis legisladores, enfim, com políticos em geral.

Praticamente a totalidade dos militantes demonstrava nas reuniões da CPL a repugnância, essa sim, em fazer qualquer tipo de campanha, mesmo indireta, a qualquer candidato que fosse, fazendo com que mesmo a possibilidade levantada de que alguma figura expressiva da CPL fizesse campanha enquanto indivíduo para o candidato do PP, em troca de uma aprovação do passe-livre, fosse descartada.

Fato é que o acordo, que se expressava pela própria manutenção do canal de diálogo aberto, foi importante para que o projeto fosse realmente levado à votação no dia 26. Ele seria mais uma vez emperrado em uma das comissões do legislativo se não fossem uns vinte militantes aparecerem na Câmara enquanto a comissão estava se reunindo

para dar um parecer negativo ao projeto. Um bafo quente na nuca dos vereadores, ameaças de revolução com dedo em riste, bloqueio da saída dos mesmos, e uma ligação ao candidato do PP cobrando o “acordo”, fizeram o parecer mudar rapidamente. Fato é que, mais que a ação direta, naquele momento foi o telefonema que fez a grande diferença. Se o canal de diálogo tivesse sido fechado por parte da CPL, o projeto provavelmente não teria ido à votação no dia 26, como prometido anteriormente. Mas não nos enganemos. Todo o poder de barganha do movimento estava assentado na sua capacidade de mobilização, ir pras ruas, resumindo, em catalisar a ação direta da juventude e até da população. O único “capital” da CPL sempre foi o da mobilização nas ruas e da ocupação.

Um movimento inteligente deve saber jogar com as cartas da mesa e com o desespero dos adversários.

No final de semana antes do dia 26, o candidato do PP e o vereador do PFL foram se encontrar com o núcleo duro da CPL, que realizava atividades políticas num *camping* da cidade. Lembro bem da cena dos dois chegando... Pareciam o Sr. Burns e o Smithers, personagens dos *Simpsons*. Um amigo de São Paulo que estava presente tentou capturar a dimensão do que estava acontecendo tentando imaginar Paulo Maluf vindo negociar com um movimento de caráter autônomo e libertário formado por estudantes, e num domingo à tarde num *camping*. De alguma forma isso era símbolo da força que o movimento pelo passe-livre conseguira alcançar em Florianópolis, e dentro de marcos autonomistas, bastante e progressivamente libertários.

A conversa não resultou em nenhum acordo propriamente dito. E para o dia 26, esperava-se que o show organi-

zado pela CPL juntasse alguns milhares de estudantes e populares no centro para pressionar o legislativo a aprovar o projeto do passe-livre na íntegra. Os vereadores apareceram para votar o projeto. O vereador que abriu a interlocução com a CPL conseguiu fazer com que a bancada do seu partido aparecesse. Mas a estratégia deles era aprovar o passe-livre com uma emenda que restringia o passe-livre somente aos estudantes de escolas municipais. E para isso tinham que aprovar o projeto de passe-livre na íntegra, em primeira sessão, para em segunda sessão votarem o projeto com a emenda. Votaram e aprovaram o projeto na íntegra em primeira sessão. Mas a pressão do povo na rua e dentro da Câmara exigindo o passe-livre para todos os estudantes foi tão grande que os vereadores não tiveram coragem de votar o projeto com a emenda. Com um vereador escondido no banheiro, a segunda sessão não teve quorum, e a votação foi prorrogada para o dia 3 de novembro. Os vereadores contrários ao passe-livre que tentaram sair pela porta da frente da Câmara receberam uma chuva de ovos.⁴ Tiveram que sair pelos fundos, dentro da camioneta da polícia.

O vereador interlocutor do PFL foi esculachado pelos seus companheiros de partido, porque, confiando na CPL, havia posto eles naquela situação. E, por fim, no dia 26 a CPL saiu com a aprovação do passe-livre, sem emendas restritivas, em primeira sessão. Eles perderam no xadrez pra gurizada, que demonstrou maturidade em jogar no campo da “negociação” sem perder seus princípios.

Apesar do aparato policial para protegê-los, os vereadores governistas não apareceram para votação no dia 3 de novembro. Mas, surpreendentemente, quando ninguém esperava que isso ocorresse, eles apareceram na ses-

são seguinte, em outro dia, e aprovaram o projeto do passe-livre na íntegra, sem nenhuma emenda. E sem qualquer mobilização popular do lado de dentro ou de fora. Até hoje não se tem uma conclusão satisfatória sobre a mudança de posição por parte da bancada do PP/PFL. É possível que esteja relacionada com a vitória eleitoral do candidato do PSDB. Com o prazo expirado para a prefeita sancionar ou vetar o projeto, ele voltou à Câmara e o presidente da casa, por obrigação regimental, sancionou a lei.

Certamente parece bastante heterodoxo que um anarquista gaste tantas linhas contando o processo de aprovação de uma lei. Existe uma crítica que, a meu ver, não chega a se enquadrar dentro do dogmatismo anarquista – por estar ainda no âmbito da caricatura anarquista – que diz que “lutar por uma lei, reivindicar uma lei, ou o seu cumprimento, é reforçar o Estado, reforçar o poder do Estado”. Não pretendo aqui discutir se a prática anarco-sindicalista clássica, de não se dirigir ao Estado, mas diretamente aos capitalistas, sem buscar respaldo para suas reivindicações através da sua institucionalização pela esfera estatal é anacrônica ou não. Não pretendo discutir aqui os méritos ou limitações de tal tipo de método, que parece bastante puro para um “anarquista”. Não tenho posição formada ou certezas consolidadas a esse respeito. O que posso dizer é que o fundamental, para um revolucionário, para um anarquista, é criar movimento social, ajudar a fomentar a auto-organização popular. Se a reivindicação é dirigida ao Estado, se ela consiste no Estado/burguesia formular um compromisso através de uma lei, pouco importa, perto da questão muito mais crucial e importante: a reivindicação fomenta a auto-organização, aponta no sentido de criar novas formas de relações sociais (políticas e econômicas)? É sob esse aspecto que deve pesar a análise e a crítica so-

bre a Campanha pelo Passe-Livre de uma perspectiva libertária e revolucionária, e não sob o prisma da campanha atravessar esferas de institucionalidade estatal. Ora, ninguém acusaria os zapatistas de reforçarem o Estado por reivindicarem a aprovação de uma lei que compromete o Estado a respeitar e garantir autonomia aos povos indígenas, como eles fazem. Ora, as práticas de criação de suas formas e instituições políticas e econômicas são uma negação constante do Estado por parte dos zapatistas. Suas práticas de autogoverno significam a extinção do Estado, o fim da separação que dá origem ao Estado. O Estado não é a soma de leis, de políticos e de soldados. Ele é uma das formas resultantes da separação e alienação das pessoas do seu próprio poder e trabalho. Quanto mais se desenvolvem as formas de auto-organização e poder popular, mais o Estado e as formas alienadas se extinguem. Uma redução do corpo de leis ou do corpo policial não significa, necessariamente, um enfraquecimento do Estado. É o comunismo, ou o zapatismo, ou a anarquia, em constituição, que significa o Estado em extinção. A constituição do autogoverno, da construção de organizações populares como foram os conselhos operários em momentos históricos, ou como são os caracóis e municípios autônomos zapatistas hoje em dia é que significam a extinção do Estado. Quando se afirma um outro tipo de poder – dos conselhos, dos caracóis... – é que se extingue o poder político, o Estado. É sob esse prisma que deve ser feita a crítica e a autocrítica libertária e revolucionária. O que enfraquece e debilita o poder do Estado é a auto-organização popular, e não uma diminuição do número de leis.

Bem, assim, o ano de 2004 fechou com o passe-livre estudantil se tornando lei municipal. Fechou também com um aumento das tarifas de ônibus, majorada poucos dias

antes do Natal. Os donos das empresas de transporte também aprenderam: fim de ano e férias escolares é o momento para aumentar as tarifas, aumento esse que foi de menos da metade do que tentaram no meio do ano, que resultara na “guerra da tarifa”. Tentou-se em vão mobilizar estudantes e população contra esse aumento.

* * *

A Juventude Revolução Independente, principal organização política por trás da CPL em Florianópolis, chegando por vezes a se confundir com ela, mereceria uma dissertação mais detalhada, a qual não caberia aqui. Para continuar utilizando os zapatistas como referencial, lembremos que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é uma organização que passou por modificações profundas ao longo dos anos. Abandonando suas concepções leninistas a partir do contato com a população indígena, o EZLN foi trilhando um caminho afirmativo de concepções libertárias próprias da cultura dos povos com que esteve em contato, normalmente estranhas ao leninismo. A história da JRI, nesse sentido, é semelhante, e, assim como EZLN, é uma história que ainda se faz num horizonte libertário que se amplia. Uma história que também se faz pelo cruzamento daqueles que normalmente não se cruzam, por uma fertilização recíproca de qualidade dos diferentes que em algum momento, por algum motivo, encontraram afinidade e convergência. Uma história que, a partir do ponto que passei a conhecer pessoalmente, também se assemelha ao zapatismo naquilo que seu lema e sua prática chamam de “mandar obedecendo”.

Por fim, não sei se a “guerra da tarifa” e os movimentos e reivindicações populares se descentrando da fábrica, e se voltando contra a “carestia” e o aumento de preços e tarifas, entre outras questões, significam alguma mudança substancial na luta anticapitalista. Certamente representam uma composição de classe diferente de outros momentos. Se somos a *turba* primitiva e pré-fordista de Hobsbawn, ou se somos a *multidão* pós-moderna e pós-fordista de Negri, deixo a discussão para eles. Eu tenho mais o que fazer... ajudar a organizar o lançamento da Campanha pelo Passe-Livre 2005 em Florianópolis (já que lei não é garantia de direito, e o passe-livre não entrou no orçamento municipal de 2005). Este ano, o vídeo que será exibido no lançamento não será *A Revolta do Buzu*⁵, mas um vídeo com as manifestações e revoltas de 2004 em Floripa. E eu não irei como espectador...

Leo Vinicius

Março de 2005

Notas

[1] Posteriormente, o que chamo e chamei de “Guerra da Tarifa” passou a ser denominado e conhecido também como “Revolta da Catraca”.

[2] Woodcock, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, vol.1, A Idéia. Posto Alegre: L&PM, 2002, p. 201.

[3] O Centro de Mídia Independente (CMI) é uma rede internacional de produtores independentes de mídia. No Brasil, articula-se em várias cidades com projetos locais como rádios livres, jornais impressos, boletins *on-line*, jornais de poste (o *CMI na Rua*) e, em nível nacional, com o site www.midiaindependente.org. (N. E.)

[4] Veja vídeo da pressão no dia 26 de outubro em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/10/293504.shtml>

[5] Pronzato, Carlos. *A Revolta do Buzú*. Documentário. Salvador: La Mestiza Produções, 70 min.. O vídeo é o retrato mais fiel do turbilhão insurrecional estudantil acontecido entre agosto e setembro de 2003.

A GUERRA DA TARIFA

Muitos documentários logo serão produzidos, e provavelmente livros serão publicados, sobre aquilo que foi – ou está sendo – a maior revolta e movimento popular desde que esta cidade passou a ser chamada de Florianópolis. Embora ainda paire uma incerteza sobre a conquista da reivindicação central deste levante popular, pretendo aqui fixar as palavras no papel eletrônico antes que se percam da minha memória, sem a ambição de fazer qualquer análise ou relato detalhado do que aconteceu nessas duas últimas semanas.

Foi a maior revolta ou movimento popular da história das últimas oito décadas desta cidade porque conciliou quantidade (adesão), formas contundentes de ação direta e um certo nível de organização e consciência. Uma revolta que não se expressou em simples fúria, que se esgota em si mesma, mas sim principalmente na forma de um movimento organizado horizontalmente, multifacetado, ligando principalmente, mas não somente, associações comunitárias e estudantes.

Para entender a gênese desse “movimento contra o aumento das tarifas de ônibus”, sem irmos muito longe, teríamos que destacar a situação atual do transporte coletivo em Florianópolis e o contexto político em que ele se estabelece, assim como as atividades que vêm desenvolvendo algumas associações comunitárias e principalmente a Juventude Revolução Independente (JRI) e a Campanha Pelo Passe-Livre, puxada pela JRI há quatro anos.

Do Buzu à Revolta

Era o dia 5 de março deste ano, e fui ao Centro Integrado de Cultura (CIC) assistir o vídeo *A Revolta do Buzu*, que seria exibido naquela noite, atração principal do lançamento da *Campanha pelo Passe-Livre 2004*.¹ O documentário tratava da revolta, primordialmente estudantil, que paralisou Salvador por três semanas contra o aumento da tarifa de ônibus. Revolta essa que teve um caráter autônomo, apartidário, sem líderes...

Cerca de quarenta pessoas estavam naquela sala, naquele dia. Não poderia imaginar que aquelas pessoas ali, boa parte com cerca de metade da minha idade, iriam pôr a cidade de pernas para o ar alguns meses depois, ou serem tão fundamentais para tudo que ocorreu nas duas últimas semanas em Florianópolis.

Após a exibição do vídeo, discussão sobre as insuficiências do movimento de Salvador, dos seus erros e acertos, e do porquê não terem conseguido alcançar a reivindicação central que era baixar a tarifa de ônibus. Em linhas gerais, o que se poderia concluir é que faltara um certo nível de organização. A experiência de Salvador deixou claro também que o movimento deveria estar muito atento a indivíduos politikeiros, principalmente de organizações estudantis, que pretendem se passar por representantes do movimento (e que muitas vezes caem de pára-quedas depois que o povo já está nas ruas), pois em seu nome, eles acabam negociando em gabinetes propostas totalmente estranhas à vontade popular. Depois do dia 5 de março, *A Revolta do Buzu* seria passado em escolas de toda Florianópolis e a JRI/Campanha pelo Passe-Livre se esforçaria como nunca para organizar e criar esse momento.

Em junho de 2003, a JRI fizera uma análise da situação político-social em Florianópolis, que orientou seus esforços futuros:

“Hoje em dia uma das grandes formas de arrecadação de capital ‘legal’ e sob a exploração de operários e da população, é o transporte coletivo privado, ilegal, feito sem licitação, sem transparência, favorecendo as empresas ligadas à família Amin que estava no poder – o marido no Governo do Estado a esposa na prefeitura. Com poderes no aparelho de Estado, nas instituições políticas, na justiça, os donos do transporte coletivo criaram todas as condições ‘legais’ para super-explorar o transporte da cidade, um dos mais caros do mundo! Esse tipo de situação esmaga a população e provoca grande indignação de amplos setores que fazem utilização do transporte coletivo. Nesses últimos três anos, levamos a campanha do passe-livre que foi um importante primeiro passo, no sentido de enfrentar os donos do transporte coletivo. Hoje estamos aptos a pressionar essa reivindicação até a vitória. Se pretendemos realizar uma atividade militante focada, é contra esse setor que devemos concentrar nossos esforços. É na luta contra o transporte municipal que poderemos incendiar a população contra os setores mais atrasados, oligárquicos que se mantêm na condução e na divisão da exploração:

* Guerra aos exploradores do transporte coletivo em Florianópolis.

* Mobilização e paralisação no dia da inauguração do Sistema Integrado, e de um possível reajuste.

* Levantar a discussão do transporte coletivo municipal e público, sob o controle do Estado.”

A guerra da tarifa que ocorreu nas últimas semanas em Florianópolis não foi mero fruto de espontaneísmo. Ele é sempre um componente de qualquer revolta ou levante popular, mas sem encontrar uma organização, a revolta e

o espontaneísmo se perdem em ações e protestos isolados. Foi o esforço de organização e a preparação a que se dedicou a JRI principalmente, em especial no último ano, que possibilitou que a revolta e indignação popular pudessem encontrar uma articulação e ter continuidade de modo a pôr em xeque a prefeitura e impedir o aumento da tarifa.

O trecho da JRI acima transcrito praticamente resume o que se precisa saber sobre a situação do transporte coletivo em Florianópolis e o contexto político em que ele se dá. Acrescentemos ainda que a prefeita Ângela Amim é sócia da maior empresa de transporte urbano da cidade (fato que nenhum órgão da imprensa burguesa jamais pontuou em toda essa discussão). Uma oligarquia comanda Florianópolis e Santa Catarina há várias décadas, formada durante a ditadura militar, e ao mesmo tempo é envolvida com uma verdadeira máfia que controla o transporte coletivo, que elege políticos, e que funda o principal poder econômico da cidade. Em agosto de 2003 foi inaugurado um novo sistema de transporte coletivo na cidade, com vários terminais construídos, e pretensamente integrado. Além da tarifa ter aumentado na sua inauguração, o sistema foi claramente projetado para racionalizar os custos e aumentar os lucros das empresas, sem consideração pelo tempo e conforto do usuário, chegando ao absurdo de ter sido implementada baldeação em linhas que anteriormente eram diretas, para bairros próximos ao centro. Descrever todos os absurdos, do ponto de vista do usuário, do novo sistema de transporte ocuparia algumas páginas. Já na sua inauguração houve alguns protestos, ônibus queimados aqui e acolá, terminais fechados acolá e aqui, mas nada que tenha ido além de conseguir que algumas linhas voltassem a operar. Faltara talvez um grande chamado,

um grande esforço preparatório, algo que desse uma cara de movimento, algo a que se identificar e uma articulação...

A revolta contra o atual aumento da tarifa liberou também a revolta acumulada contra o novo sistema de transporte. Quanto ao preço, para se ter uma idéia, mesmo com a tarifa tendo voltado ao valor anterior, muitos trechos de até dez ou doze quilômetros são percorridos de forma mais barata de carro (preço de um litro de gasolina) do que de ônibus, mesmo com apenas uma pessoa no carro!!!

A JRI

A Juventude Revolução Independente surge da desvinculação da Juventude Revolução de Florianópolis da corrente trotskista *O Trabalho* e do próprio PT. A JRI passa a ter uma postura apartidária, autonomista e libertária (alguns exemplos disso são sua postura diante do sistema eleitoral, a prática do consenso ao invés do centralismo democrático, e uma postura ética infelizmente rara na extrema-esquerda). A própria percepção da impossibilidade de mobilizar a juventude a partir de concepções bolcheviques levaram-na a se distanciar dessas concepções. Hoje, a JRI não se define como trotskista, leninista, marxista, ou anarquista... mas simplesmente como *revolucionária*. Em certo sentido, a guerra da tarifa mostrou a capacidade e a adequação de concepções políticas e organizativas historicamente associadas ao anarquismo. Isso é claramente percebido até por bolcheviques locais. Nenhum partido ou organização bolchevique teria conseguido

preparar, fomentar e catalisar tal mobilização, principalmente em meio à juventude.

Os filhos de comunistas, ao voltarem para casa depois de um dia de manifestação, invariavelmente tinham que ouvir broncas de seus pais leninistas, com coisas do tipo: “que merda vocês estão fazendo! Falta direção...! Parece coisa de anarquista!”.

Dia 28 de Junho

Dia 22, o Conselho Municipal votou o aumento de 15,6% das tarifas de ônibus, que passariam a ser as mais caras do Brasil, e num sistema terrivelmente ruim. A Campanha pelo Passe-Livre convocou uma grande manifestação contra o aumento para o dia 28 de junho, segunda-feira, um dia após a entrada em vigor das novas tarifas. O ato deveria ocorrer durante todo o dia, culminando às 17h em frente ao Terminal do Centro (TICEN).

A avenida Paulo Fontes, em frente ao TICEN, foi fechada pelos manifestantes nos dois sentidos. O Terminal de Canasvieiras (TICAN) foi fechado durante toda a manhã pela comunidade local, com a polícia chegando a intervir em favor dos manifestantes e contra os seguranças privados do terminal que investiam contra eles. Provavelmente outros terminais também foram fechados nesse dia pelas comunidades locais, mas isso já se perde da minha memória. De qualquer forma, basta pesquisar em www.midia independente.org. A comunidade do norte da ilha demonstrou ser a mais combativa, talvez por ser a mais prejudicada, tendo que pagar tarifa de R\$ 3,00 para qualquer

locomoção. O fechamento do TICAN, ou a tentativa de fechá-lo, foi uma constante em todos os dias de manifestações. A polícia chegaria a instaurar toque de recolher em Canasvieiras.

O fechamento da avenida Paulo Fontes se tornaria rotina também. Os outros terminais também seriam fechados por manifestantes nos dias subseqüentes por períodos diferentes e com maior ou menor freqüência. A avenida Mauro Ramos também foi fechada em alguns dias.

Em frente ao TICEN a grande maioria era estudante, principalmente secundarista de escolas públicas. Naquela segunda-feira eu estava me sentindo quase um pai ali no meio. Esse perfil fez a mídia, não sem alguma razão, associar o movimento a estudantes. Eles realmente foram parte fundamental do movimento, sua linha de frente, principalmente nas manifestações que ocorreram no centro da cidade. E tratava-se sobretudo de estudantes secundaristas. Os universitários, com todo seu discurso empolado e sua aura histórica de contestação, em certo sentido, foram meros coadjuvantes em relação aos mais novos.

Naquele dia, a frente do TICEN parecia um grande espaço de socialização da juventude, num clima sereno.

Por volta das 17h30 os manifestantes, algumas centenas, se dirigiram à ponte Colombo Sales, que liga a ilha ao continente. A polícia acompanhou, não quis deixar que ocupássemos todas as pistas da ponte. Mas por fim conseguimos, sem que a polícia reagisse com violência. E ficamos ocupando a ponte por volta de meia hora. O tráfego ilha-continente foi desviado para duas pistas da ponte Pedro Ivo. Para quem não conhece a cidade, as pontes que ligam a ilha ao continente são tão ou mais estratégicas a Florianópolis quanto as marginais a São Paulo.

À noite, os manifestantes que se encontravam em frente ao TICEN se dirigiram à Câmara de vereadores, e acabaram a invadindo, em meio a uma sessão que acabou sendo suspensa. Além da questão do transporte coletivo, os manifestantes pressionaram os vereadores sobre o aumento de salário de 150% que eles haviam concedido a eles mesmos e de 275% à prefeita. Depois de alguma negociação, os manifestantes se retiraram da Câmara com a garantia de que os vereadores sairiam também à rua para conversar com a população. Mas apenas cinco deles tiveram a coragem.

No dia seguinte eles fizeram um abaixo-assinado pedindo que a prefeita não sancionasse o projeto de aumento de salário que eles mesmos haviam aprovado, e o criador do projeto disse à imprensa que não sabia onde estava com a cabeça quando havia pensado em tal aumento. O bafo do povo na nuca dos vereadores teve efeito imediato. O aumento foi então indeferido. Nada como uma boa e contundente ação direta de massa para pôr cabeças no lugar.

Na rua, com a presença dos vereadores que saíram da Câmara, ficou agendada uma reunião para quarta-feira, às 15h, no Núcleo de Transportes, com mediação da Câmara de vereadores, entre os manifestantes e o Núcleo para se tentar resolver o impasse das tarifas.

Terça-feira, dia 29 de junho, as manifestações tiveram continuidade. Nesse dia, um grupo de manifestantes invadiu a prefeitura, sendo retirado à força pela polícia. De madrugada, três ônibus foram incendiados na Caieira do Sul. Pela distante localização, suspeita-se que tenha sido a mando da própria empresa Insular, para tentar “incriminar” o movimento. De qualquer forma, teria sido a manei-

ra mais idiota e ineficiente de enfraquecer o movimento – provavelmente o ocorrido teve o efeito contrário.

Para a prefeitura (PP) e para a mídia, a polícia estava muito “boazinha” com os manifestantes. O diretor do Núcleo de Transporte chegou a declarar que colocaria o exército na rua (sic). É o hábito da ditadura.

Além da concentração em frente ao TICEN e a ocupação da Avenida Paulo Fontes, as próprias saídas e entradas do TICEN eram com frequência obstruídas durante os dias de manifestação, fazendo com que as empresas tivessem que improvisar locais de embarque e desembarque fora dos terminais. O sistema de transporte coletivo estava caótico, e perdendo usuários.

Dia 30 de junho

As manifestações e bloqueios de terminais continuam. A SC-401, que dá acesso ao norte da ilha, é fechada por manifestantes durante a semana. Operações catraca-livre (porta de trás aberta) também são parte das ações diretas. Ela se torna rotina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde a empresa de transporte Transol chega a colocar seguranças no ponto de ônibus mais movimentado para impedir a entrada pela porta de trás.

No início da tarde de quarta-feira, dia 30, alguns manifestantes tentam fechar a avenida Paulo Fontes também na altura da rodoviária e são brutalmente agredidos pela polícia. Um estudante sangrando na cabeça é preso e, por ser cardíaco, acaba parando no hospital.

Em passeata, os manifestantes que estão no centro se dirigem ao Núcleo de Transportes, localizado em um prédio na avenida Rio Branco. A polícia nos acompanha, utilizando até mesmo um helicóptero. Ao chegar lá, alguns manifestantes tentam entrar no prédio, mas são impedidos pela polícia. Ficamos na rua ocupando a avenida. O presidente da Câmara de vereadores e mais um vereador aparecem. Não é montada comissão para negociar com o Núcleo de Transportes. A lição de Salvador foi muito bem aprendida. Os manifestantes redigem sua reivindicação em assembléia e a enviam através dos vereadores: nada mais nada menos que a redução da tarifa ao valor anterior (já tremendamente cara). Os vereadores voltam com a resposta. O Núcleo de Transportes é intransigente, diz que não vai baixar a tarifa. Então é declarado que a mobilização continua. A resposta do movimento não poderia ser outra, mas àquela altura eu não apostaria muitas fichas que conseguiríamos ter força para fazer a tarifa baixar, ainda mais que a prefeitura se mostrara de uma intransigência à toda prova. Tinha receio de que nos dias seguintes a mobilização perdesse força... Mas a queda de braço tinha sido lançada.

Quando voltávamos ao TICEN, Marcelo Pomar, da JRI e um dos líderes/porta-voz do movimento, foi preso por policiais à paisana ao se afastar da manifestação para dar uma entrevista. Há pelo menos um ano ele já estava sendo perseguido judicialmente – a máfia dos transportes também conta com um braço no judiciário. Pesando diversas acusações sobre ele e um interdito proibitório, resquício da ditadura que o impede de participar de manifestações públicas. Solto no mesmo dia, mas sob a condição de não participar das manifestações, proibição essa que pesa sobre ele nos próximos dois anos. Como se não bastasse, Marcelo foi ameaçado de morte, e foi aconselhado por um vereador

amigo e pelo Secretário de Segurança Pública do Estado a sair de circulação. Era uma oligarquia bandida, construída na ditadura e o interesse capitalista que envolve milhões de reais por mês que estavam sendo feridos.

Voltamos a nos concentrar diante do TICEN, ocupando as duas pistas da Paulo Fontes. Nunca tivemos problemas com a polícia para obstruir essa avenida naquela altura. O TICEN estava virando uma espécie de antitotem, reunindo uma juventude em torno dele, uma juventude que não tem lá muita coisa a fazer ou excitante, numa cidade como Florianópolis. Lembrava-me a estátua Lieverdje, na praça Spui em Amsterdã, antitotem em torno do qual surgiu o movimento Provos nos anos 60, com seus *happenings* e confrontos com a polícia.

Alguns problemas ocorreram desde segunda-feira em frente ao TICEN. Adolescentes que foram chutados na cara, que receberam spray de pimenta, etc.. Por vezes havia tentativa por parte de manifestantes de invadir o terminal. Na quarta, após um aroma de spray de pimenta no ar, resolvi fazer minha refeição, já com a garganta temperada. Na esquina da lanchonete encontrei alguns compas sentados, gazeando a revolução.

Voltando ao antitotem, o clima era um tanto tenso. P2² e capangas contratados pela Cotisa (consórcio das empresas de transporte da cidade) eram constantes entre os manifestantes em todos os dias. Esses capangas, seguranças contratados para causar tumulto e tensão na manifestação, jogavam rojões no meio de nós e na polícia. Em dias posteriores, a própria polícia prendeu alguns deles. Um segurança de uma boate revelou que alguém lhe havia oferecido dinheiro para desempenhar esse trabalho sujo mas não aceitara, e que reconhecera alguns de seus com-

panheiros de profissão entre os manifestantes. Procurou redes de TV para fazer tal denúncia mas, obviamente, não era tema que interessava à grande imprensa local, totalmente empenhada em exigir repressão aos manifestantes e apoiar a prefeitura e os bons lucros dos capitalistas.

Além da polícia, era uma verdadeira milícia armada que a população insurgente teria que enfrentar. Os seguranças dos terminais, fardados e vinculados à empresa de segurança Ondrepsb, certamente estavam ganhando um bom extra para agir da forma como estavam agindo, jogando inclusive rojões no meio de manifestantes. Alguns deles foram também presos pela polícia portando arma de fogo. O uso de coquetéis molotov e a explosão de latões de lixo pela cidade fizeram parte do repertório da milícia das empresas/prefeitura, com o intuito provável de provocar pânico na população e maiores medidas repressivas contra o movimento.

Seria no anoitecer de quarta-feira, dia 30, que ocorreria o primeiro grande confronto com a polícia. Rojões estouravam no meio dos manifestantes em frente ao TICEN e na polícia que o separava dos manifestantes. Pedras e rojões eram atirados contra ela. Vi um dos que jogaram um rojão. Fui dar uma bronca, porque um avanço da polícia iria machucar as pessoas que estavam na frente, despreparadas, e não ele que covardemente jogava a bomba de trás. Não acho que ele estava sendo pago para fazer aquilo, mas não é descartável tal hipótese. Acho que era um popular, certamente não de classe média, que queria expressar sua indignação de alguma forma, e via ali uma oportunidade. Enfim a polícia avançou, quem era pego era espancado... espancado até a delegacia e mesmo depois de ser solto.

Bomba de gás lacrimogêneo, bomba de efeito moral, bala de borracha, cães, tropa de choque, corre-corre, e eu com minha bicicleta amarela. Cidadãos respeitáveis de classe média que passavam pelas imediações do mercado público aconselhavam que jogássemos as pedras por cima do camelódromo, para ficarmos protegidos. Mas eu dizia que apenas alguns poucos estavam atirando pedras. Uma adolescente está desmaiada no chão, provavelmente efeito do gás. Um compa me oferece vinagre. Não, vinagre é para a salada... Finalmente algo excitante na cidade e a última coisa que eu quero agora é que o vinagre tire o cheiro da guerra de classes.³

O pessoal finalmente dispersa. A avenida Paulo Fontes continua obstruída pela polícia, apesar de não estarmos mais lá, o que me faz realmente achar que o motivo do avanço da polícia foi dispersar a manifestação para que eles – policiais – não fossem alvo de pedras e rojões. Afinal, todos os outros dias a polícia nunca tentou ou quis nos retirar dali.

Populares indignados com a brutalidade policial, centenas deles, ocuparam as imediações da Paulo Fontes em frente ao TICEN e começaram a xingar e gritar contra a polícia e os comandantes. Foi bonito ver isso... no fundo era todo o povo que se manifestava, era difícil separar manifestantes da população. Algum tempo depois, os estudantes voltaram para frente do TICEN.

As cenas do confronto fizeram as manifestações ganharem novamente o noticiário nacional, e ao contrário do que se poderia imaginar, fizeram com que mais pessoas aparecessem no dia seguinte.

Dia 1 de julho

Ao contrário do que eu apostaria no início da semana, o movimento aumentava a cada dia que passava. Cinco mil pessoas fecharam os túneis que ligam o centro ao Saco dos Limões e depois fecharam as duas pontes que ligam a ilha ao continente por cerca de vinte minutos. O trânsito no centro, e conseqüentemente na cidade, estava caótico, assim como o transporte coletivo.

Nesse dia resolvi deixar a bicicleta em casa, até porque ameaçava chuva, e ir ao centro de ônibus para sentir como estava o trânsito e o clima dentro dos ônibus. Entrei por trás sem pagar. As pessoas reclamavam do caminho que havia feito o motorista, não desviando das áreas paradas e congestionadas. Ouvi alguns populares dizerem algo que já havia ouvido desde o primeiro dia de manifestações: que depois de aumentada a tarifa não adianta protestar. Seria entre as pessoas paradas no trânsito que evidentemente poderia se encontrar mais opiniões e resmungos contra as manifestações. Mas tratava-se acima de tudo de uma reivindicação alicerçada no desejo e indignação de praticamente toda população. Não era incomum ouvir casais que passavam dizerem para nós que “tem que queimar todos os ônibus” e coisas do tipo. Muitos transeuntes sempre pararam para dar ao menos apoio moral. E com o passar dos dias foram aparecendo pessoas novas, que não haviam aparecido nos dias anteriores. Depois que a “revolução” já começou, é fácil ser “revolucionário”. Muita gente de sindicato, ou pessoas mais velhas de esquerda e de esquerda mais velha, ou mesmo alguns jovens mais acomodados, sentindo que o movimento não era uma coisa qualquer, mas estava sacudindo a cidade e tinha fôlego, come-

çaram a aparecer nas manifestações. O único sindicato que esteve desde o dia 28 participando ativamente, através de alguns militantes, foi o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC).

As manifestações começaram a atrair também os jovens que vivem nos morros – elas começaram a contar com verdadeiramente todos os segmentos da população. Certamente foi o teor radical das ações diretas e até mesmo o confronto com a polícia que atraíram os jovens que moram nos morros do centro e imediações. Certamente não seria uma passeata com algodão doce que faria eles aparecerem.

Cheguei às 17h horas no TICEN, já chovendo. Antes de sair da Plataforma A, percebi que não havia seguranças nela, e estudantes aproveitavam para passar por baixo da catraca, motoristas e cobradores se divertindo com a situação. Ouvia-se estouros nas outras plataformas e corre-corre. A gurizada estava pintando e bordando. Praticamente não se via polícia.

Saí para a Paulo Fontes, fechada ao trânsito de automóveis. Uma adolescente estava desmaiada no chão, nada incomum naqueles dias. Não vi polícia. Não havia grande concentração de manifestantes, mas eles circulavam... a sensação era de que a cidade era nossa, realmente nossa. Um ônibus velho foi estacionado em frente ao TICEN, área liberada pelos manifestantes. Parecia ser proposital, um boi de piranha esperando para ser apedrejado. Logo os manifestantes perceberam isso, ninguém atirou pedra. Um companheiro gesticulava para que o motorista desse ré e saísse dali porque seria apedrejado. Um guarda municipal apareceu, pediu desculpas ao companheiro e instruiu o motorista a dar ré e sair dali. Até a “polícia” estava pedindo

desculpa para a gente naquela altura!! Foi uma cena cômica.

Se não me engano foi nesse mesmo dia que foi formada uma Comissão de Mães e Pais Pró-Movimento. E a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tomou a iniciativa de convocar e mediar uma negociação entre o movimento e a prefeitura. A primeira reunião iria acontecer na sua sede, na tarde do dia seguinte.

Dia 2 de julho

Quando cheguei ao centro, em frente ao antitotem, fiquei sabendo que durante a madrugada mais de vinte ônibus da empresa Canasvieiras haviam sido depredados, alguns incendiados.

Um grupo de cerca de 150 manifestantes havia se dirigido à OAB, para a tal reunião. Outro havia ficado em frente ao TICEN. A concentração ali foi aumentando, como em todos os dias, à medida que chegava o fim da tarde.

Para mim foi uma tarde tensa. Conseguimos identificar alguns capangas que jogavam bombas no meio dos manifestantes ali concentrados. Era uma situação pouco tranqüila, parecia que algo poderia estourar (e literalmente estourava) ou alguma coisa ruim acontecer a qualquer momento. Era necessário estar sempre atento. A própria manifestação, ou o próprio antitotem TICEN, estava atraindo gente de todo o tipo, o que inclui *porras-loucas* de plantão, piromaníacos e um povo a fim de fazer algazarra acima de tudo.

Como sempre, em torno da minha bicicleta amarela apareciam duas figurinhas simpáticas, dois garotos que deveriam passar o dia perambulando pelas ruas, um negro e um índio. Estavam sempre descontraídos, mesmo em um clima que eu considerava por vezes tenso. Imagino que o clima de repressão e violência é o do dia-a-dia do pobre que vive nas ruas, espanado como uma sujeira de todos os lugares. Provavelmente não havia nada diferente para eles ali do que o perigo do dia-a-dia. Muito provavelmente ali eles estavam até mais seguros do que normalmente. Os dois garotos eram talvez o melhor exemplo do futuro do Brasil, e ao mesmo tempo mostravam seu passado no seu rosto, nos seus traços, na sua cor de pele.

Com a volta daqueles que haviam ido à OAB e com a grande concentração que se formava lá pelas 18h, as cerca de quatro mil pessoas resolveram ir à ponte. Dessa vez, a idéia não era parar na ponte, mas ir por uma e voltar pela outra, ocupando todas as pistas de cada uma. Foi ao todo uma hora e meia de travessia, e mais uns quinze ou vinte minutos em que as duas pontes ficaram fechadas. A polícia parou o trânsito para que entrássemos na ponte Colombo Sales. Achei tenso também o percurso. Gente infiltrada certamente havia, fora atitudes incoerentes que poderiam surgir de dentro da manifestação. E em cima da ponte o resultado de um corre-corre poderia ser catastrófico.

Quando estávamos na metade do retorno à ilha, pela ponte Pedro Ivo, centenas de motoqueiros e motoboys alucinados vêm ao nosso encontro, por trás. E eu estava bem ao fundo da manifestação. Em polícia nunca dá para confiar... eles teriam liberado o trânsito com a gente ainda em cima da ponte? E para completar, nas palavras de Skárnio, “a situação se agravou quando uma ambulância partiu da

Ilha para o continente [em meio à passeata], provavelmente para abrir caminho ou para recolher possíveis feridos em uma ação friamente calculada, pois o veículo estava vazio” (www.sarcastico.com.br). Tivemos que fazer um cordão de isolamento e parar de caminhar para nos protegermos dos motoqueiros que queriam a todo custo furar a passeata e passar. Era uma situação muito tensa e quase surreal. Uma centena de motoqueiros acelerando desesperadamente e tentando forçar passagem.

Depois de cerca de dez minutos apareceu o capitão da polícia e um policial para contornar a situação. Prosseguimos e voltamos à frente do TICEN. O sinal talvez mais evidente de que as manifestações contavam com vários segmentos da população, era o fato de algumas câmeras de vídeo e máquinas fotográficas terem sido expropriadas dentro da própria manifestação, por pessoas que participavam dela.

Para mim o dia havia acabado. Mas tinha muita gente com adrenalina sobrando ainda. Passado aquele dia tenso sem que nada de ruim tivesse acontecido, pressenti que era hora de não dar mais sopa para o azar. Acabei indo embora cerca de uma hora depois. Em casa soube do que acontecera lá no TICEN ainda naquela noite: a segunda e maior batalha.

Ouvi diferentes versões de como tudo teria começado. Manifestantes jogando rojões nos seguranças do terminal, infiltrados jogando rojões, seguranças retirando supostos manifestantes dos ônibus e espancando-os, assim como espancando qualquer um que eles achassem que fosse manifestante e que estivesse na fila do ônibus. O fato é que se criou uma batalha entre a milícia das empresas e mani-

festantes, dentro e fora do TICEN. A polícia estava ausente. Havia até mesmo seguranças encapuzados perseguindo as pessoas dentro do terminal. Eles estavam fazendo muito mais do que um simples serviço de defesa de patrimônio. Perseguiam manifestantes até mesmo na rua. Pedras eram atiradas dos dois lados. A fachada de vidro da sede da Cotisa foi destruída a pedradas. A polícia só chegou bem mais tarde. A tropa de choque foi para cima dos seguranças, e não dos manifestantes, para separar a briga. A partir daí começou também uma perseguição aos manifestantes pelo centro da cidade. Mais uma vez a batalha fez Florianópolis aparecer no noticiário nacional.

No dia seguinte, sábado, houve uma reunião do movimento, ou de parte dele. Nela foram tiradas comissões: segurança, comunicação, acampamento, cultura, articulação...

Uma grande manifestação seria preparada para quinta-feira, dia 8 de julho, com fechamento simultâneo de todos os terminais. A idéia era trazer mais de dez mil pessoas ao centro da cidade às 17h, o que não é pouco para um município com pouco mais de 300 mil habitantes. O ultimato seria dado à prefeitura, se até quinta-feira a tarifa não baixasse...

A terça e a quarta seriam dias preparatórios para quinta-feira. Dia para se passar nos colégios, chamar as pessoas, etc.. Mas as mobilizações na frente do TICEN eram diárias, elas se tornaram rotina, não precisavam mais de chamado, as pessoas simplesmente apareciam lá para apoiar e se manifestar.

Dia 5 de julho

Era segunda-feira, depois de uma parada de fim-de-semana os protestos voltaram. As negociações na OAB estavam sendo inúteis. Não havia outro modo do movimento parar sem que as tarifas fossem reduzidas aos valores anteriores. Até porque aqueles que se sentavam à mesa de negociação não eram delegados do movimento. Qualquer um poderia se apresentar como sendo do movimento e sentar à mesa.

O clima em frente ao TICEN estava bastante calmo. Praticamente não havia policiamento e parecia que as empresas/prefeitura haviam desistido da estratégia de contratar capangas para jogar bombas entre nós. Alguns colégios do centro começaram a liberar os alunos mais cedo para que eles não engrossassem a concentração que se formava por volta de meio-dia.

Bastavam uns poucos gatos pingados sentarem-se ao chão da Paulo Fontes para que a polícia já interditasse a rua com cones. Pelo meio da tarde fomos em passeata pelo centro da cidade até o prédio da prefeitura, onde permanecemos do lado de fora por cerca de quarenta minutos. Éramos cerca de trezentas pessoas, eu acho, e a polícia nem sequer nos acompanhou – havia poucos policiais pelo centro. No caminho se cantava: “chora prefeitinha, prefeitinha chora, chora prefeitinha tá chegando a sua hora”; “não é mole não, dois e sessenta é o quilo do feijão”; “não é ladainha, três reais é o quilo da tainha”; “ilha da magia, tem que ser mago pra pagar essa quantia”; “puta que pariu, é a tarifa mais cara do brasil”, entre outros gritos de guerra.

Em frente ao TICEN um tapeceiro, morador da Armação, fez questão de parar e fazer com que o ouvíssemos. Parou para dizer que toda a comunidade da Armação nos apoiava, nos admirava e estava contente por ver que tinha gente lutando por eles, já que a maioria não podia estar na luta por, como ele, não poder escapar do trabalho. Foi o apoio moral mais profundo e emocionante que ouvi em todos os dias, tanto pela forma quanto pelo conteúdo.

O dia terminou com uma reunião no auditório da Catedral, comparecendo pessoas de várias entidades que apoiavam o movimento. Foi um culto ecumênico mais do que qualquer coisa. A grande manifestação para quinta-feira era um compromisso de todos. A cor alaranjada, por não ser de nenhum partido, foi escolhida como cor do movimento (na reunião de sábado isso na verdade já havia sido tirado). Naquele mesmo dia à noite foi montado um acampamento no canteiro central da avenida Paulo Fontes, em frente ao TICEN.

No dia seguinte, a manifestação mais destacável ocorrida no centro foi o sopão preparado no acampamento pela Comissão de Mães e Pais, para expressar o apoio que davam ao movimento. Mas houvera também apresentações de maracatú e capoeira diante do antitotem.

Dia 7 de julho

Após participar da operação catraca-livre na UFSC, fui ao centro, ao encontro do antitotem.

No final da semana anterior, a prefeitura se sentiu obrigada a começar a formular um discurso de revisão das tarifas, embora extremamente modesto e com a intenção de causar cisão na população. Dizia que era possível alguma redução das tarifas se estas fossem subsidiadas pelo município, mas para isso teria que tirar dinheiro do subsídio de creches e escolas. Mentirosa da prefeita: as creches já não recebiam subsídios da prefeitura, e várias comunidades já haviam protestado contra isso no último ano! A tentativa era claramente de fazer com que a população preferisse a não redução das tarifas. No início da semana a prefeitura acenou com a possibilidade de reduzir em 6% as tarifas, caso o município assumisse uma dívida da Cotisa, fazendo com que as empresas não precisassem mais pagar a taxa de utilização dos terminais. Todas essas “propostas” significavam o repasse de dinheiro público para as empresas privadas. Era impressionante como o “poder público” se constituía no principal porta-voz dos interesses privados, sem a mínima consideração pelo interesse da população, nem em retórica. As planilhas de custo, forjadas pelas empresas, eram o principal argumento da prefeitura. Tratava-se para ela de uma questão puramente técnica. Segundo essas planilhas, as empresas estariam operando há meses com prejuízo (sic). A escolha da planilha das empresas, e não da planilha de custo de vida do João da Silva, para calcular o valor da tarifa, certamente não é uma questão técnica. No mínimo, se essas planilhas mostravam que não se tratava de ganância e superexploração (acreditando-se que elas não eram forjadas), tratava-se então de uma incompetência administrativa sem tamanho, pois o transporte coletivo estava custando o mesmo que o transporte individual e com gasto de tempo pelo menos três vezes maior para o usuário!!!

O ultimato já havia sido dado à prefeitura. Estava sendo convocado um dia de megamanifestações para quinta-feira, um dia de desobediência civil, catraca-livre, fechamento de todos os terminais... A cidade vivia quase um clima pré-insurrecional. O governo do estado decretou ponto facultativo para os funcionários estaduais. Sabendo disso, o mesmo fez a prefeitura em nível municipal. A sede da prefeitura não iria funcionar e os funcionários não deveriam ir trabalhar no dia 8. A Câmara dos Dirigentes Lojistas orientou os comerciantes do centro da cidade a não abrirem as portas na quinta-feira. O Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e o Instituto Estadual de Educação (as duas principais instituições de ensino públicas secundaristas) suspenderam as aulas para aquele dia. O mesmo fizeram todas as escolas e colégios municipais e estaduais. Havia boatos de que as empresas não colocariam os ônibus para circular. De fato vi alguns ônibus serem retirados para as garagens na noite de quarta-feira. Motoristas e cobradores pediram para não trabalhar na quinta-feira, com medo do que poderia ocorrer.

Às 19h de quarta-feira eu estava na OAB, para gravar mais uma reunião de “negociação”. Ela havia apresentado uma proposta para a prefeitura: o retorno da tarifa ao valor anterior no prazo de um mês, para que a cidade voltasse ao normal e para que nesse tempo se chegasse a um acordo. Nenhum representante da prefeitura apareceu à reunião para dar uma resposta. Havia se esgotado a mediação da OAB.

Por volta das 22h30 sai a notícia de que um juiz federal havia suspenso o reajuste das tarifas por 30 dias, a pedido da OAB. Segundo o presidente da OAB de Santa Catarina, tal medida cautelar seria preparatória para uma ação civil pública que a entidade iria impetrar na Justiça. A me-

dida cautelar expedida pelo juiz federal teve como base o clima de combate e a onda de protestos instaurado na cidade. Mais uma vez foi ação direta em massa que fez a diferença.

A suspensão do reajuste, embora temporária, saiu pouco antes que o prazo final dado pelo movimento à prefeitura se encerrasse.

Dia 8 de julho

Chuva o dia inteiro. Além disso, a liminar expedida no dia anterior fez daquela quinta-feira um dia tranqüilo, bem longe da possível insurreição que espreitava. Somente o terminal da trindade foi fechado. Mas mesmo com o tempo ruim e com a vitória do movimento, embora ainda um pouco incerta, mais de mil pessoas foram ao centro para a manifestação. Basicamente ela consistiu em apresentações musicais e alguns discursos no palco, além de uma passeata por algumas ruas do centro.

O pessoal do *hip hop* havia organizado o show para quinta-feira. Racionais MCs, MV Bill e GOG estavam na lista dos convidados, mas apesar de não pedirem cachê para se apresentar, eles acabaram não podendo vir. Porém as bandas de rap da cidade não deixam nada a dever para as de fora. Um dos pontos mais interessantes desse movimento popular contra o aumento das tarifas talvez tenha sido essa ligação que acabou acontecendo entre os jovens do morro e os de baixo (*rappers* e *rockers*?). Difícil vê-los participando juntos dessa forma, numa mesma causa, num mesmo momento.

Voltando para casa, um integrante de uma das bandas de rap morreu na Via Expressa num “acidente de carro”. Estranhamente nada foi noticiado pela mídia, algo incomum quando se trata de morte no trânsito em Florianópolis.

A liminar que suspende o aumento da tarifa foi a deixa para a prefeitura sair menos mal de uma situação insustentável. Logo ela informaria que não iria tentar cassar a liminar, com o discurso de que “a justiça é para ser acatada, e não discutida”. A não cassação da liminar e tal discurso deixam claro que a prefeitura se via obrigada a revogar o aumento das tarifas pela força da ação direta e desobediência civil popular. A liminar fez com que as tarifas fossem reduzidas sem que a prefeitura tivesse que admitir que perdera a queda de braço com a população insurgente: a redução da tarifa teria sido assim, pelo que quer fazer transparecer a prefeitura, consequência de obediência à Justiça e não de um constrangimento vindo da ação direta nas ruas. No final das contas, a liminar safou a prefeitura de uma derrota pior e mais explícita.

A mídia, numa tentativa de minimizar o efeito pedagógico que essa vitória da população organizada e em ação direta certamente produziu e produzirá, não pára de publicar matérias nas quais se diz que serão cortadas linhas, diminuídos horários e haverá uma queda da qualidade do serviço (que não consigo imaginar no que exatamente consistiria já que o serviço é péssimo). A mensagem que os órgãos da grande imprensa tentam passar é de que o povo nunca ganha, de que é impossível lutar e ganhar dos tubarões do capital; se o povo arranca algo de uma mão, logo eles retomam com a outra. Essa luta, mesmo pontual, talvez não tenha acabado, portanto.

Sexta-feira, dia 9 de julho, Florianópolis voltou a ser a mesma cidade chata de sempre, aparentemente. Só aparentemente, porque sem dúvida a guerra da tarifa ficará na memória coletiva, e a experiência de uma vitória nas ruas ficará no imaginário. Pelo menos por uma geração não haverá mais aqueles que dirão que não adianta protestar depois que as coisas estão “consumadas”. Embora a oligarquia tenha escapado do dia 8 de julho, que poderia ser muito bem nosso 1789, ela sofreu uma derrota histórica, que pode ter sido o início de sua queda definitiva. Mais do que o valor anterior da tarifa, o povo retomou sua força coletiva, a consciência de sua capacidade. Algo que vai muito além de cifras.

É nesses momentos de luta que aparecem os contornos de uma “luta de classes”, onde pólos antagonicos se tornam bastante nítidos. Mais do que nunca, parece que hoje em dia as classes só existem na luta. Uma política de classe, ou classista, se quer ter algum sentido, só pode ser uma política de luta social, e não uma política identitária. Só é possível um reconhecimento de classe quando se está imerso na luta, e não antes disso. O reconhecimento do pertencimento a uma classe não é pré-requisito para a luta, mas sim o contrário, a luta é que é um pré-requisito para o reconhecimento de pertencimento a uma “classe”.

Parasitas

Quando um movimento ganha força e proeminência aparecem certamente não poucos parasitas para tirar proveito. Existem vários tipos de parasitas de movimentos.

Existem aqueles que não acrescentam nada e só sugam. Existem aqueles que de fato ajudam, mas também tentam utilizar o movimento em benefício individual e de sua organização, mesmo o prejudicando em certo sentido. Existem ainda aqueles que embora não sendo parasitas, caem de pára-quedas e, por não terem a devida humildade para ouvir mais do que falar, acabam contribuindo mais para embolar o meio de campo do que qualquer outra coisa.

Bandeiras de partidos sempre foram rechaçadas por todos os manifestantes. Parece que o pessoal do PSTU não entende que a única coisa que eles conseguem com suas bandeiras é atrair a antipatia de todos. A União da Juventude Socialista (UJS) por sua vez tenta, com verba destinada ao movimento, produzir material próprio. Tenta também utilizar o mesmo *design* de um logo do movimento para o logo da sua sigla. Patifarias de grosso calibre acontecem, mas não jogarei a merda no ventilador aqui, até porque foram elementos desprezíveis em número e em caráter que as produziram. Mas estejamos sempre atentos.

Mídia

Desde o primeiro dia de manifestações até o momento, a grande imprensa de Florianópolis tem sido portavoz incondicional da oligarquia e dos interesses das empresas de transporte. O conservadorismo, o reacionarismo, beirando o fascismo, de articulistas e comentaristas de TV locais deixou mais que explícito o caráter da imprensa catarinense. Era a mídia, dizendo explicitamente o que a

prefeitura não podia dizer, que pedia repressão aos manifestantes. Tudo, é claro, em nome do “direito de ir e vir” e da “liberdade de locomoção” (evidentemente era exatamente por esse “direito de ir e vir” e pela “liberdade de locomoção” que parte da população tinha tomado as ruas, afinal o tal direito de ir e vir estava caro demais: seis reais!!!).

A prefeitura só podia contar no final das contas com a mídia, que lhe foi mais que fiel o tempo todo. Procurando os juristas mais conservadores para darem as opiniões mais fascistas e distorcendo e mentindo deslavadamente sobre as manifestações e sobre o transporte coletivo, a mídia fez o que pôde, mas inutilmente, para derrotar o movimento e confundir a população. Sem dúvida, a análise das reportagens e comentários que apareceram na grande imprensa de Florianópolis durante o movimento contra o aumento da tarifa poderia encher dezenas de páginas. Em suma, a mídia foi mais canalha e fascista do que a própria polícia e o governo do estado.

Pressionada pela revolta popular, a prefeita Ângela Amim gastou milhões de reais do dinheiro público para comprar horários comerciais inteiros nas TVs locais para explicar o inexplicável, divulgar suas mentiras e tentar confundir a população.

Mas o movimento também tinha sua mídia. A Rádio de Tróia, uma rádio livre com alcance nos bairros em volta da UFSC⁴, divulgava notícias e informes das manifestações, muitos ao vivo. O Centro de Mídia Independente teve um destacado papel. Além da publicação de reportagens, informações, fotos e vídeos no site, praticamente

todos os dias saíram o *CMI na Rua*: uma página A4, com tiragem de várias centenas de exemplares, contendo as informações do que acontecera no dia anterior, do ponto de vista do movimento. O próprio chamado para a manifestação do dia 28 de junho foi feito também com colaboração do *CMI na Rua*, colado às centenas pela cidade. O site do CMI foi referência para o movimento, e mesmo para quem, na cidade, simplesmente queria acompanhar o que acontecia. Foi tão importante e tão acessado que soubemos, por fontes seguras, que houve tentativa de *hackeá-lo* por parte das forças conservadoras, capitalistas e reacionárias contra as quais lutávamos. Além da Tróia e do CMI, havia também o projeto Sarcástico⁵ cobrindo as manifestações.

Todo material informativo produzido pelo movimento era muito bem acolhido e até mesmo procurado pela população, que parecia não engolir o discurso da prefeita e da grande imprensa, esperando ler algo que se adequasse à sua experiência cotidiana como usuário explorado e humilhado pelas empresas de transporte coletivo. Panfletos foram produzidos de forma autônoma, sem sequer assinatura de siglas ou pessoas.

No dia 7 de julho saíram 100 mil cópias do *Jornal do Ônibus*, do Fórum de Transporte, desfazendo as mentiras pregadas pela Ângela Amim e pela mídia em relação ao tema. Na noite de 8 de julho saíram ainda 4 mil cópias do jornal do movimento, distribuídos no dia seguinte.

Repressão

A atuação da polícia foi um tanto dúbia e contraditória durante os dias de manifestação. A agressividade é algo inerente à sua própria função. Função essa, que sabemos muito bem, é também a de reprimir movimentos sociais, como em qualquer parte do mundo. São sim e sempre foram cães de guarda da burguesia, e quando soltos por seus donos vêm morder, babando de raiva.

Nos primeiros dias, a polícia se mostrou mais preocupada em nos reprimir, muito embora não com o mesmo afínco que teria se estivesse na mão do governo anterior, isto é, do Esperidião Amim (PP). O que não significa também que ela não tenha operado todas as barbaridades típicas e dignas da polícia: espancamentos durante a prisão, no caminho para a delegacia, dentro da delegacia e mesmo depois do indivíduo ser liberado. *Spray* de pimenta nos olhos de crianças de 9 e 10 anos de idade, ou de adolescente de 14 anos já imobilizada, intimidações às pessoas que procuravam presos em delegacias etc., etc.. No entanto, não tenho dúvidas de que se a polícia estivesse sob o comando do PP e do marido da prefeita, a ordem seria usar de toda violência necessária para dispersar qualquer manifestação e não nos deixar ocupar qualquer via. No passado, a polícia do PMDB espancou aposentados que se manifestavam na ponte... Mesmo que ela na mão do PMDB tenda a bater menos que na mão do PP ou PFL, só isso não explica a sua atuação. Talvez um certo liberalismo do governador do estado, do secretário de segurança pública e mesmo do comandante geral, também tenham entrado em jogo. Mas o principal provavelmente tenha sido a conjuntura e o interesse político, e o fato da reivindicação ser nitidamente le-

gítima, mesmo para setores inerentemente conservadores como a própria polícia e políticos de primeiro escalão. O fato das manifestações contarem em grande parte com adolescentes brancos de classe média teve um peso fundamental também quanto ao teor da repressão. Certamente o governo do PMDB, e talvez a própria polícia enquanto instituição, não quiseram sujar suas mãos e sua imagem com sangue de adolescentes brancos de classe média. Uma repressão um pouco mais forte poderia ter ocasionado mortes, e o governador não gostaria de ser lembrado por isso. Seria demais ficar com esse ônus por causa das cagadas e roubalheiras dos Amim.

A partir do dia 1 de julho, a polícia não demonstrou nenhuma vontade de reprimir as manifestações. A ordem, segundo o secretário de segurança pública, era apenas acompanhar onde fôssemos. E na semana seguinte às vezes nem sequer isso a polícia fazia. O governador, respondendo a toda a pressão da mídia para reprimir os manifestantes, dizia resoluto que “no meu governo a polícia não vai bater em estudante”. A função da polícia não era reprimir movimentos sociais, dizia o alto comando da polícia e as autoridades do estado. É claro que havia interesse político que assim o fosse nessa ocasião.

Certamente se o Esperidião Amim tivesse sido reeleito, a história teria sido bem diferente. Para fazer tudo que fizemos, no mínimo teríamos que ter entre nós muita gente disposta a arriscar a vida em enfrentamentos encarniçados com a polícia. Fechar a ponte? Só depois de ganhar uma verdadeira guerra contra uma tropa de choque.

As últimas eleições foram as primeiras em que votei, isto é, em que não “anulei” meu voto. Fazia questão de dizer para meus amigos anarquistas, entre outros, que havia

votado no segundo turno, para governador, no PMDB (contra o PP do Amim). Evidentemente eu choquei meus companheiros anarquistas ao dizer isso, assim como colegas de extrema-esquerda. Na época eu simplesmente dizia: “votei no PMDB porque a polícia tende a bater menos com o PMDB do que com o PP”. Sim, aqueles que ficaram chocados e me zoaram na época agora sabem que têm que baixar a cabeça. Se existe algo atualíssimo, totalmente pertinente, dentro do anarquismo, é a sua crítica ao sistema eleitoral, à democracia burguesa, ao poder (político, econômico, etc.). Essa crítica feita pelos anarquistas clássicos é, para mim, o grau mais elevado da ciência política. Mas isso não significa nos fecharmos em dogmatismos, isto é, votarmos nulo como reforço de uma identidade anarquista, como se a prática política anarquista consistisse em votar nulo. O anarquista inteligente sabe jogar com a conjuntura política. E isso não significa se enfiar no lodo da corrida eleitoral e da política eleitoreira, fazendo campanha ou concorrendo às eleições. O voto nulo não mudará uma vírgula na sociedade. O voto em alguém também não. Mas dependendo de quem estiver no executivo, ou no legislativo, podemos ter mais margem de manobra para levarmos adiante as práticas que realmente mudarão alguma coisa. Os anarquistas espanhóis votaram em 1936 para que os presos políticos fossem soltos, provavelmente muitos anarquistas votaram em Chirac para que Le Pen não fosse eleito e provavelmente muitos votarão em Kerry para que Bush não seja reeleito. Para Noam Chomsky, se uma criança a menos morre de fome num governo Democrata, isso já justifica seu voto por eles, em detrimento dos Republicanos. Se posso, sem detrimento das práticas que buscam eliminar a tirania da sociedade, com um gesto simples e que não me tira energia, contribuir para que, enquanto

ainda não eliminamos a tirania, estejamos sob um tirano menos pior, por que não o faria?

Sobre “Violência”

Disse anteriormente que se as manifestações começaram a atrair, no centro da cidade, em certa altura, não somente indivíduos e jovens de classe média, certamente foi porque elas não se restringiram às passeatas com balões coloridos e algodão doce. Se apareceram jovens dos morros, negros e brancos, foi porque eles perceberam que havia um movimento constante na rua, ao qual poderiam se unir e porque nele viam oportunidade de expressar sua indignação e seu protesto. E obviamente aqueles que sofrem a violência econômica e social e a opressão do dia-a-dia de forma mais crua e nua, irão expressar sua revolta de forma também mais violenta, crua e nua. Não é segredo nem mesmo na Europa e EUA que os grupos que praticam as ações mais “radicais” em manifestações, seja destruição de propriedade ou enfrentamento com a polícia, são os que atraem os jovens das camadas mais pobres. Através dessas ações e grupos, eles encontram a forma de expressar seu protesto.

Certamente não é interessante que alguém preparado para enfrentar a polícia, ou com intuito de quebrar algo, ponha em risco os outros manifestantes que estão ali despreparados para se proteger da reação policial. Certamente pode não ser inteligente ou estratégico deixar a entender publicamente que se compactua com a “violência” de alguns manifestantes ou de parte deles. Mas condenar

dentro do próprio movimento essas formas de expressar a revolta e o protesto com base em preconceitos moralistas também não faz sentido. Primeiro porque isso tende a alijar uma camada da população das manifestações, tendendo a que elas se restrinjam unicamente a uma classe média – o ideal é que haja espaço para todas as formas de expressão da revolta, sem que se comprometam entre si. Segundo porque esses atos costumeiramente chamados de “baderna” ou “violência”, desempenham, geralmente, um importante papel. Mostram claramente aos poderes contra os quais lutamos que as pessoas estão saindo cada vez mais da disciplina que sustenta a ordem, sem medo de pôr algo a perder. Um movimento social que não demonstra capacidade de radicalização é um movimento social morto, ou ao menos domesticado, que já não oferece ameaça e perigo ao poder. E o poder só cede por medo.

Uma condenação pura e simples de certas formas de ação não tem outro fundamento que uma certa moral fundada na educação em meio a um grupo ou classe social. Dito mais claramente, é fruto de um moralismo pequeno-burguês incapaz de compreender as formas de expressão de camadas mais pobres que vivem uma realidade diferente no seu dia-a-dia.

Caça às Bruxas

A prefeitura preparou um dossiê com trechos de mensagens que circularam na lista de discussão eletrônica da Campanha pelo Passe-Livre. O documento foi posto em circulação no dia 6 ou 7 de julho. Tentando “incriminar”

principalmente a JRI, ele trazia uma coletânea de jargões comunistas e revolucionários. Assinado pela própria prefeita, o dossiê expunha tanto um “complô revolucionário” para arrepiar os cabelos de toda velhacaria da época da ditadura, quanto expunha toda a velhacaria ditatorial da prefeitura com seus procedimentos de monitoramento de listas de discussão de adolescentes para arrepiar os cabelos de qualquer liberal sincero. Depois de lerem o dossiê, assessores da prefeitura fugiam em seus carros ou nem sequer iam ao trabalho ao saber que uma manifestação se dirigia ao prédio da prefeitura; tudo por medo de serem “degolados”, afinal, aqueles que se chamavam entre si de “camaradas”, queriam “tomar o poder”.

O fato é que a onda de protestos e revolta atraiu para a cidade agentes da CIA espalhados pelo Brasil, e, ainda mais grave, o ódio de uma oligarquia e de uma máfia que comanda a cidade. Certamente dezenas de pessoas envolvidas com o movimento (principalmente as da JRI/Campanha pelo Passe-Livre) já estão cientes de que estarão sendo monitoradas, grampeadas e sujeitas a receberem ameaças. Um outro membro da JRI sofreu uma ameaça de morte na rua onde mora de um policial fardado e com identificação, que apontou uma pistola para sua cabeça dizendo “você é o próximo”, para espanto dos seus amigos que testemunharam a cena. Um membro de uma associação comunitária do norte da ilha teve que se jogar no mato ao perceber que estava sendo seguido por um automóvel. Um dos seus cães de estimação foi morto e o outro está desaparecido.

Enquanto isso, várias outras pessoas participantes do movimento receberam também o interdito proibitório.

Estejamos alerta.

À Guisa de Continuação

O movimento já foi uma vitória em si mesmo. E ainda conquistou a sua reivindicação central. Modificou o imaginário popular. Enfrentou as forças mais conservadoras da sociedade catarinense e lhe impingiu uma derrota. O povo daqui agora sabe que é possível conquistar o que se deseja através da mobilização e da ação direta. Isso se vê nas ruas.

As lutas anti-estradas nos anos 90 na Inglaterra, e em especial a da M11, por exemplo, deram origem ao *Reclaim The Streets*. Como será a continuidade e a evolução desse movimento, ainda é cedo para se saber.

Nos primeiros dias de manifestação, um comentarista ultraconservador e fascistóide de uma TV local, ladrava coisas do tipo: “essa gente que fica sentada dois dias no chão não trabalha não?”, e “essas crianças deviam estar na escola”. Quando o antitotem que pode aglutinar a contestação passa a estar fora da “fábrica”, o trabalho passa a ser antes de tudo um meio de controle social. Se tomar as ruas, interromper o fluxo – como fazem bem *piqueteros* na Argentina e *street reclaimers* na Inglaterra – ganha ares de greve social na virada do milênio, é porque o capital já não pode ser identificado ao local de “produção”, já não há separação entre produção, circulação e reprodução: a criação de valor está difusa em todas as relações sociais, em todos os espaços.

Fechar as vias, reivindicar renda básica – e não trabalho! – é a lição que esses estudantes também deram a todo o Brasil, a todos aqueles que pretendem lutar, hoje e amanhã, por liberdade e justiça social.

Mané Ludd – 13 de julho de 2004

Notas

[1] Veja fotos e matéria sobre o evento de lançamento em http://www.sarcastico.com.br/1pags/arq_capa/passelivre2004.php.

[2] Termo comumente utilizado por militantes quando se referem aos policiais. (N. E.)

[3] Os manifestantes utilizam com frequência a inalação de vinagre – geralmente em uma bandana – para minimizar os efeitos do gás lacrimogêneo. (N. E.)

[4] <http://troia.radiolivre.org>. (N. E.)

[5] <http://www.sarcastico.com.br>

Resoluções Tiradas na Plenária Nacional pelo Passe-Livre 29 de janeiro de 2005

Sobre princípios gerais

O Movimento pelo Passe-Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento pelo Passe-Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

Sobre o Grupo de Trabalho

- a.** Que seja retirado da Plenária Nacional pelo Passe-Livre um Grupo de Trabalho, com membros de cada delegação presente.
- b.** Que não tenha qualquer poder deliberativo, mas meramente de execução de tarefas específicas, deliberadas na Plenária, através do método do consenso.
- c.** Que esse GT se organize por um grupo de internet.

Tarefas designadas ao GT: 1) organizar o II Encontro Nacional pelo Passe-Livre; 2) organizar a coleta de assinaturas para Projeto de Lei Federal pelo Passe-Livre.

Sobre as perspectivas estratégicas

A luta pelo Passe-Livre estudantil não tem fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada.

Sobre o dia nacional do Movimento pelo Passe-Livre

Fica definido que serão realizadas duas atividades simultâneas pelo Passe-Livre em todo Brasil, uma a ser realizada no primeiro semestre e outra no segundo semestre de 2005. A primeira durante a semana do dia 28 de março, dia do estudante, de caráter flexível e de acordo com as possibilidades de cada localidade. A segunda, no dia 26 de outubro, na perspectiva de acontecer simultaneamente, em mesma data e horário em todo o Brasil, com vistas a projetar e fortalecer nacionalmente o Movimento pelo Passe-Livre.

Sobre a campanha pelo arquivamento do processo dos militantes Marcelo Pomar (Florianópolis) e Douglas (Itu)

Cada delegação deverá fazer uma campanha para a arrecadação de moções de solidariedade para o arquivamento dos processos impedidos contra os militantes Marcelo Pomar, de Florianópolis, e Douglas, de Itu, que respondem processo devido às ações políticas pela conquista do Passe-Livre. As delegações devem contatar entidades, organizações de direitos humanos, parlamentares, entre outros grupos que possam assinar o documento, que será construído pela delegação de Florianópolis com mais informações sobre os casos.

Contatos do Movimento pelo Passe-Livre no Brasil

Belém: gruboleao@hotmail.com

Belo Horizonte: fundodoposso@yahoo.com.br

Brasília: sr-paique@riseup.net

Campinas: obonzinho2000@yahoo.com.br

Curitiba: thiagobagatin@yahoo.com.br

Florianópolis: camarada_d@riseup.net

Goiânia: roqueto@riseup.net

Itu: mofx@terra.com.br

João Pessoa: juniorufpb@yahoo.com.br

Londrina: soraiadecarvalho@hotmail.com

Maceió: barbara_rafaela@yahoo.com.br

Nova Iguaçu: micalacosta@yahoo.com.br

Palmas: brunoelias85@yahoo.com.br

Porto Alegre: baseadonaluta@bol.com.br

Rio de Janeiro: dudulb@ig.com.br

Santos: ruyposati@uol.com.br

São Paulo: clpasselivre@yahoo.com.br

Sorocaba: fernando.avena@telefonica.com.br

A Guerra da Tarifa é um relato feito no calor dos acontecimentos; logo após a vitória de um movimento/revolta popular que fez retroceder um aumento de tarifas de ônibus em Florianópolis, no ano de 2004. Trata-se de algumas memórias de um anarquista, sobre as duas semanas de sua vida.

Não foi uma revolução, evidentemente [...], mas não esteve longe de ser uma insurreição. E era difícil prever o que poderia ocorrer naquela quinta-feira, 8 de julho, caso, pouco antes da meia-noite de quarta-feira, através do Poder Judiciário, a classe dirigente não houvesse revogado o aumento das tarifas. O ultimato dado pelo movimento, a convocação de megamanifestações e a desobediência civil generalizada, deixaram a cidade em verdadeiro clima pré-insurrecional. Havia planos de ocupar/tomar pontos simbólicos de poder, como a Prefeitura, a Assembléia, etc.. Enfim, se a massa resolvesse tomar esses lugares e se achar no direito e no dever de se autogovernar, a situação poderia sair completamente do controle das autoridades constituídas (e destituídas!), ou pelo menos ser criado um abalo político sem precedentes na cidade. E a classe dirigente sabia bem desse risco e dessas intenções, deixadas vazar propositalmente como parte de uma guerra psicológica.

Mais uma vez, e como sempre, é a perspectiva revolucionária que arranca as reformas e reivindicações pontuais. É preciso almejar e planejar a revolução mesmo para conseguir melhorias neste sistema.

Leo Vinicius



GUERRA DA TARIFA 2005

uma visão de dentro do
MOVIMENTO PASSE-LIVRE EM FLORIPA

Leo Vinicius



GUERRA DA TARIFA 2005

UMA VISÃO DE DENTRO
DO MOVIMENTO PASSE-LIVRE
EM FLORIPA

GUERRA DA TARIFA 2005

UMA VISÃO DE DENTRO
DO MOVIMENTO PASSE-LIVRE
EM FLORIPA

Leo Vinicius

2005
(C) Copyleft
Fáisca Publicações Libertárias

Diagramação e capa: Felipe Corrêa

(C) Copyleft - É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Faísca Publicações Libertárias

www.editorafaisca.net

Caixa Postal 1731 - São Paulo/SP 01009-972

faisca@riseup.net

NOTA DO AUTOR:

Agradeço aos companheiros do MPL-Floripa, que com suas críticas e comentários a este texto contribuíram imensamente para seu aperfeiçoamento e enriquecimento, embora não concordassem necessariamente com as visões aqui apresentadas.

Começo a escrever este relato no dia 6 de julho de 2005. Daqui a dois dias se completará um ano da vitória popular na primeira, do que chamei, *Guerra da Tarifa*, e de que outros chamaram *Revolta da Catraca*. Ou seja, tendo em conta o decreto do prefeito revogando o aumento em 21 de junho deste ano, em menos de um ano a ação direta de boa parte da população de Florianópolis fez dois aumentos das tarifas de ônibus serem revogados.

Mais uma vez, antes que os fatos se esfriem totalmente e se percam da minha memória, tentarei fixá-los no papel eletrônico. Mais uma vez, com todas as suas semelhanças e diferenças da revolta/movimento contra o aumento das tarifas de 2004, em 2005 tivemos uma experiência por demais rica, em termos de luta social, para que ela se perca, deixando de servir de exemplo, de aprendizado e de inspiração.

Tentarei não ser repetitivo no que houve de semelhante. É pertinente que o leitor conheça já, tendo lido, o relato que fiz sobre

o contexto em Florianópolis e os acontecimentos do ano passado¹, e que conheça de preferência também a introdução do livro, de nome *A Guerra da Tarifa*², em que faço mais alguns apontamentos, análises, além de um breve histórico de importantes momentos da luta pelo Passe-Livre estudantil em 2004, em Florianópolis.

* * *

Destacar algumas diferenças em relação a 2004 talvez seja a melhor maneira de começar um relato sobre 2005. A começar pelo fato de, este ano, o relato ser feito por um integrante do Movimento Passe-Livre, e tudo que isso implica de envolvimento maior e responsabilidade por fazer parte de uma organização que, fora isso, era o próprio olho do furacão. Nesse sentido, se ano passado eu era um “independente” que participou da revolta, este ano eu era parte, idealmente falando, de um coletivo, com tudo que isso implica de ações em comum, idéias em comum, responsabilidade comum.

Quando digo que o Movimento Passe-Livre era o próprio “olho do furacão”, não quero dizer simplesmente que ele teve uma participação importante ou central nos acontecimentos, mas que é realmente muito difícil imaginar que a revolta e o movimento contra o aumento das tarifas de 2004 e de 2005 tivessem acontecido – do jeito que aconteceram e com o resultado que tiveram – se o Movimento Passe-Livre não existisse. Ou melhor, se o Movimento Passe-livre não tivesse feito um trabalho anterior em torno da questão do transporte coletivo na cidade. Trabalho esse que se estende por anos... Como já disse, não quero me repetir no que já havia

¹ A Guerra da Tarifa:
<http://www.midiaindependente.org/es/red/2004/07/286542.shtml>

² O livro pode ser adquirido pelo site da Faísca: www.editorafaisca.net

escrito em textos anteriores. E aqui começa também, talvez, a principal diferença no fato de, este ano eu ser integrante do Movimento Passe-Livre, em relação à construção de um relato, de uma análise. Se ano passado eu me sentia muito à vontade para realçar a participação e a importância do Passe-Livre na constituição e condução dos acontecimentos, este ano, prefiro correr o risco de minimizar a atuação e positividade do Movimento Passe-Livre do que correr o risco, que me desgosta mais, de que o relato soe autopromocional, como fazem costumemente partidos e outras organizações políticas. Até porque a importância do MPL-Floripa nesses processos já é tão destacada que mesmo a grande imprensa a aponta, para não dizer a população em geral. Por tudo isso, um espírito de autocrítica se faz mais presente este ano, na construção deste texto.

* * *

Outra diferença: o clima de mudança de subjetividade coletiva no ar, e de todo o resto das nossas vidas cotidianas ficarem insignificantes, o que salientei na introdução do livro acima citado, não foi sentido em 2005. Nem por mim nem pelos que compartilharam essa mesma sensação no ano passado. Eu poderia supor que tivesse sido pelo fato de eu me sentir mais responsável pelo “bom” andamento dos acontecimentos este ano, ou seja, da revolta/movimento ser sentido um pouco como tarefa, por minha parte. Mas acho que essa ausência esteve mais relacionada com as manifestações deste ano serem em parte uma “reprise”, entrarem na previsibilidade, na repetição...

Primeiro ano de governo do novo prefeito, Dário Berger, do PSDB. Ele é dono de empresa de transporte coletivo. No entanto a empresa dele faz linhas intermunicipais, não esteve diretamente envolvida nos acontecimentos. Mas a diferença substancial em relação ao governo municipal anterior esteve no fato de o PSDB estar alinhado politicamente ao PMDB em Santa Catarina. Se em

2004 o governador do estado (PMDB) não tinha interesse nenhum em reprimir manifestantes para satisfazer a prefeitura do PP, e ter com isso um saldo político negativo, em 2005 a configuração política era outra. Em 2005 a polícia e o governo do estado não pouparam esforços para reprimir as manifestações. Se ano passado eu havia escrito que: “Talvez um certo liberalismo do governador do estado, do secretário de segurança pública e mesmo do comandante geral também tenham entrado em jogo. Mas o principal provavelmente tenha sido a conjuntura e o interesse político (...)”, este ano ficou mais do que claro que de liberal o governador Luiz Henrique da Silveira não tem nada. Suas declarações em 2004 de que “no meu governo polícia não bate em estudante” e outras frases de cunho parecido foram retóricas para justificar uma atuação leve da polícia, ao contrário do que pedia a prefeitura do PP na ocasião. Pois tanto a prática quanto o discurso do governador mudaram da água para o vinho, de um ano para o outro.

Quem esteve nas ruas, mais uma vez, este ano, pôde ter aulas práticas de ciência política, observar e sentir qual a função do Estado (defender os interesses dos capitalistas, aha!), comprovar a existência de algo que se costuma chamar “luta de classes” e por consequência a existência delas. A luta de classes põe a nu o Estado, a imprensa burguesa e os interesses de classe que fundam as instituições sagradas que conhecemos.

Bem, se ano passado a população conseguiu vencer em uma semana e meia, este ano foram mais de três semanas para se conseguir a vitória. E, de fato, o nome “guerra” se justificou mais.

* * *

Após a conquista popular da revogação do aumento de 15,6% em julho de 2004, os empresários do transporte coletivo e a prefeitura esperaram as eleições municipais passarem, as férias

escolares começarem e as vésperas de Natal chegarem para impor à população um aumento mais “palatável”, de 6,8%. O Movimento Passe-Livre tentou em vão mobilizar estudantes e população, dia 23 de dezembro. A tentativa não surtiu efeito algum.

Mesmo avisado por membros do Movimento Passe-Livre de que haveria resistência se as tarifas fossem aumentadas, a prefeitura do PSDB pagou para ver. No meio de um feriadão, numa sexta-feira, dia 27 de maio de 2005, sai a notícia de que as tarifas estariam mais caras em média 8,8% a partir de domingo, dia 29.

O aumento de 8,8% iria completar os 15,6% que causaram a revolta popular em 2004, já que 6,8% os empresários já haviam conseguido conquistar em dezembro de 2004. As passagens mais caras, as que vão para o sul e norte da ilha, iriam custar R\$ 3,00. O aumento foi autorizado por um juiz, concedendo legalidade ao decreto da prefeitura que havia aumentado as tarifas em 15,6% em junho de 2004, e portanto derrubando a ação judicial que havia revogado aquele aumento. Fontes nos disseram que havia sido o próprio secretário de transporte da prefeitura, Norberto Stroisch, que havia pessoalmente conversado com o juiz para liberar o aumento, fazendo o papel de verdadeiro testa de ferro e advogado das empresas de transporte. Papel esse que ficou bastante evidente na postura e nas declarações da prefeitura durante as semanas de manifestações, só se revertendo quando a prefeitura, jogando a toalha, não agüentou mais a condição de isolamento em que acabou ficando devido às mobilizações populares e revogou o aumento por decreto, com um discurso já diferente, não advogando mais retoricamente em favor das empresas. Mas chegaremos lá...

Naquele feriadão, vários integrantes do Movimento Passe-Livre estavam participando de uma atividade de formação teórica da Juventude Revolução Independente – a primeira atividade desse tipo, dessa organização, em anos. Diferentemente de discussões acadêmicas ou de grupos de estudo encerrados em si mesmos, a passagem imediata da teoria para a prática apontou qual era a

verdadeira vocação daquele grupo. Em meio ainda às oficinas de formação, à reunião ordinária do Passe-Livre, realizadas aos sábados, foi acrescentada a importante pauta da resistência ao aumento.

A esta reunião, extraordinariamente, compareceram não somente os integrantes do MPL, mas também vários membros do PSTU, além de independentes. A pauta única acabou sendo a articulação e organização da resistência ao aumento. A volta das tarifas aos valores anteriores seria a condição inegociável de parar as manifestações. Ao mesmo tempo, foi acertado chamado para um grande ato na quinta-feira, dia da semana que havia ficado no imaginário das pessoas por ter sido o dia da semana do ultimato e da conquista do ano anterior.

* * *

Tarefas foram divididas. Um panfleto iria ser (e foi) feito, assinado por “Comitê de Resistência ao Aumento da Tarifa”. Conseguir algum som, fazer contato com associações do norte da ilha foram algumas das outras tarefas feitas durante o domingo. Combinou-se que todos se encontrariam às 7h da manhã de segunda-feira, dia 30 de maio, em frente ao TICEN (terminal do centro), dando início às mobilizações de rua. Para tanto, muitos iriam acampar em um sindicato no centro da cidade, mesmo local onde aconteceria uma última reunião preparatória, ainda no domingo.

Sete horas da manhã de segunda-feira em ponto, eu e outros companheiros estávamos na frente do TICEN. Com um megafone chamávamos a população para resistir ao aumento. Éramos algumas dezenas, pelo que me lembro. Bem, com aquele número não poderíamos fazer muita coisa. Algumas duplas se incumbiram de passar em colégios e escolas, durante o dia, chamando para concentração em frente ao TICEN. Ficamos de nos encontrar ali novamente no fim de tarde: horário e local que já eram de conhecimento

tácito da população, estabelecido pela dinâmica dos manifestantes no ano anterior.

No terminal de Canasvieiras (TICAN), no norte da ilha, manifestantes obstruíram a entrada e saída dos ônibus por várias horas. Como em 2004, o norte da ilha sempre se destacou como foco de resistência e de manifestações diárias no terminal de ônibus da região. Mas este ano havia algumas diferenças. Militantes de associações de bairro daquela região haviam recebido, ano passado, um “interdito proibitório”, medida judicial que proibia o indivíduo de se aproximar dos terminais da cidade para se manifestar. Além disso, a partir deste ano o TICAN passou a ter um novo vizinho: a Escola Jovem, um novo colégio estadual, construído bem ao lado do terminal. E era basicamente os estudantes desse colégio que, desde segunda-feira e durante toda a primeira semana de resistência, iriam fechar o TICAN, a estrada que leva ao norte da ilha, e se manifestar contra o aumento das tarifas. Iriam ser reprimidos e perseguidos duramente pela tropa de choque. Agredidos e feridos também por motoristas e cobradores da empresa Canasvieiras, que agiam, e provavelmente recebiam, como capangas da empresa.

A luta travada por estudantes, e também por professores, da Escola Jovem, iria lhes render uma dura pressão e repressão. E quando falamos de repressão, falamos de repressão policial, com tudo que ela tem de violência e arbitrariedade... Os estudantes começaram a ser revistados pela polícia antes de entrarem na escola; professores que participavam das manifestações eram os primeiros a sofrer ameaças da polícia, dizendo que seriam presos. Todo tipo de pressão psicológica e de terrorismo começou a ser utilizado para fazer com que a Escola voltasse a ser tão somente aquilo que deveria ser, pois nada mais disfuncional do que uma escola se tornar ninho de “subversivos”, geradora de uma coletividade manifestante (pois não nos enganemos, o manifestante é sempre um ser coletivo)... Ameaças diretas da secretaria estadual de educação avisando que iria demitir professores que estivessem participando

das manifestações (não somente da Escola Jovem) não foram fatos isolados. Chegou-se ao ponto em que uma delegada da polícia, durante a semana, declarou a um jornal que iria enquadrar professores da Escola Jovem em crime de “formação de quadrilha” (sic). Absurdo? Pois bem, voltemos à segunda-feira, dia 30 de maio...

Final de tarde, em torno de 17h30-18h. Algumas centenas de pessoas se concentravam em frente ao TICEN. Uma caixa de som, emprestada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, ajudava nas falas. Fechávamos a avenida Paulo Fontes. A composição dos manifestantes? Jovens, estudantes, sem dúvida era a maioria. Mas já se podia notar uma composição um pouco diferente dos primeiros dias de revolta de 2004. Jovens de morros já se faziam presentes em algum número, por exemplo.

A experiência e a memória do ano passado iriam definir também o que seria este ano. Entre outras coisas, acredito que elas definiram uma maior “radicalização” dos manifestantes, no que diz respeito às ações de rua. O que faríamos? “Ponte, ponte!” seria um grito ouvido à exaustão durante as assembléias em frente ao TICEN durante as semanas de manifestação. As pontes que ligam a ilha ao continente se tornaram uma espécie de signo para boa parte dos jovens que se concentravam diariamente na frente do TICEN, fruto das jornadas do ano passado e das passeatas sobre as mesmas que aconteceram ineditamente na ocasião. Um signo de vitória? Um signo de poder (popular)? Um signo de colhão? Um signo de humilhação do adversário, como uma embaixada ou um gol entre as pernas? Bem, para as autoridades a ponte se tornara também um signo, e uma questão de honra. Um signo da sua própria autoridade.

Antes mesmo da assembléia decidir qualquer coisa, a tropa de choque já estava posicionada para impedir o acesso à ponte por parte dos manifestantes. Como já disse, este ano o chefe da polícia (o governo do estado), estava alinhado politicamente com a prefeitura. Muito embora a idéia não fosse nem um pouco simpá-

tica para as cabeças mais pensantes e articuladas do movimento, porque não realista e não inteligente, a proposta de ir à ponte venceu. Proposta “suicida” sem dúvida, mas que nem por isso deixou de vencer com folga. O que restou para alguém (a “liderança”!) com reconhecimento e boa argumentação era mostrar que não se estava em condições de enfrentar a tropa de choque, que não ganharíamos nada com alguém ferido e que, caso a polícia não quisesse deixar a gente passar, o melhor a fazer era pararmos em frente a ela, cantarmos o hino nacional e voltarmos. E foi o que aconteceu.

Em frente ao TICEN, novamente, foi decidido ir à Câmara de Vereadores, cobrar uma posição dos legisladores municipais. Em frente à Câmara, enquanto se pedia aos vereadores que descessem para falar com as pessoas na rua, alguns companheiros já apareceram com ovos nas mãos. Me ofereceram. Eu rejeitei. Acha-va que não era a oportunidade de jogar ovos. Para os que não sabem, a noite de 26 de outubro de 2004, quando a lei do passe-livre em Florianópolis foi votada em primeira sessão, ficou conhecida como “noite das ovadas”. Os manifestantes do lado de fora da Câmara atiraram ovos nos vereadores quando esses tentaram ir embora sem votar o projeto de lei em segunda sessão. Pois bem, voltando a este ano, não eram provocadores que haviam comprado os ovos para atirar na Câmara. Eram conhecidos e companheiros. Mais um sinal, já no primeiro dia de manifestações, que o espírito dos manifestantes este ano estava mais ousado, ou menos refletido, ou mais “radicalizado”, como se queira. Tentei instruir para que não jogassem os ovos na polícia, porque era interessante atrair a simpatia dos policiais ao movimento (lembrando da estreita relação que o Movimento Passe-Livre tinha com a associação dos praças), e porque atirar ovos nos policiais seria motivo suficiente para eles avançarem e nos dispersarem, dando um fim à manifestação naquele dia. Eu preferia que os ovos nem estivessem ali. Mas acho que o meu papel não deveria ser o de se contrapor à espontaneidade e iniciativa das massas, das pessoas, mas tentar reverter essa espon-

taneidade em consequência política favorável aos próprios anseios populares. Eles não me eram próximos o suficiente para dizer simplesmente a eles que não jogassem os ovos... Que se atirem os ovos, portanto. Cabia-me convencê-los então do melhor alvo e do melhor momento para jogá-los...

Respingos caíram nos policiais, que de certo se sentiram incomodados com isso, mas os ovos miraram as janelas da Câmara, que acabaram sendo fechadas pelos funcionários. Com apenas um ou dois vereadores descendo para falar com os manifestantes, alguém propôs que a manifestação se dirigisse a uma esquina na saída do terminal Cidade de Florianópolis. Eu apenas segui a manifestação. De fato não sabia quais eram os planos e para onde estávamos indo, pois estava longe do som quando foi decidido o novo itinerário. Era apenas uma caminhada de cem metros até lá. A idéia de parar naquela esquina era obviamente infeliz. O local era escuro, cheio de pedras prontas para serem atiradas, com pouca visibilidade pela população... um verdadeiro curral pra polícia nos atacar.

A bola do que poderia acontecer já tinha sido cantada por alguns companheiros. Quando alguém começou a esvaziar um pneu de um ônibus (pelo que me disseram), a polícia começou a atacar com bombas de efeito moral e balas de borracha. Feridos evidentemente não faltaram. Alguns revidaram com pedras na polícia.

Se isso não bastasse, depois da carga da polícia ter parado, um punk que se diz "anarco", teve uma atitude inteiramente fascista, atacando fisicamente uma figura reconhecida pelo movimento, e tido sempre pela imprensa como uma das lideranças do movimento. Se não bastasse, o mesmo "punk" ainda queria caçar outros dois companheiros, reconhecidamente honestos, sinceros e combativos, chegando a desferir socos em um deles. Nada melhor para as autoridades do que ver os manifestantes se esmurrando entre si. Uma cena lamentável. Mais lamentável ainda sendo protago-

nizada por alguém que se diz “anarco”, mas que, na prática, usa os mesmos métodos dos fascistas para resolver diferenças “políticas”: a força física e a violência³. Pior, atacando quem está do mesmo lado da barricada, atacando exatamente aqueles mais visados pela polícia... Infelizmente essas peças confusas e perdidas no mundo estão por aí para bem ou para mal, e temos coisas mais importantes a tratar. Só entrei nesse ponto porque ele é um elemento para entender o que aconteceria logo em seguida, e que daria definitivamente àquele primeiro dia de manifestações um ar de tristeza, senão de derrota.

Com toda a confusão e estresse gerados pela repressão policial e pela repressão desses (alguns) punks, resolvemos ir embora. Quero dizer, nós, da JRI e do MPL, resolvemos ir embora. Saímos em grupo, com a cabeça e a atenção desviada pela recém-confusão com aqueles punks... Sem dúvida isso ajudou a esquecermos da polícia e não tomarmos o devido cuidado na saída.

O grupo andou poucos metros. Policiais a paisana já esperavam. Eu fiquei um pouco para trás do grupo, com minha bicicleta, esperando um companheiro trazer um cadeado para ela. Pude ver os policiais militares se aproximando, obviamente para fazer prisões. Só pude gritar “cuidado”. Era tarde. Não havia muito o que fazer. De um grupo de cerca de dez pessoas, todos da JRI e do MPL, vários conseguiram fugir. Eu me aproximei, mas nada podia fazer, sob o risco de ser mais um detido. Quatro foram presos: André, Matheus, Marcelo e Flora. Um deputado estadual do PT, que tentou impedir a prisão de um deles foi jogado ao chão pela polícia. Matheus, por ser advogado, foi liberado na delegacia.

A polícia sabia exatamente quem queria. Via o Movimento Passe-Livre como a “cabeça” do movimento pela redução das ta-

³ Entre esse tipo de “anarcopunk” e um nazi-skin eu de longe prefiro um nazi-skin, porque o último diz o que realmente é, não é lobo em pele de cordeiro.

rifas. Prenderam aqueles com maior visibilidade do Movimento Passe-Livre, já “velhos” conhecidos.

Na delegacia, Flora era ameaçada de ser enviada ao presídio feminino. Parlamentares do PC do B e do PT se mobilizaram para ajudar e liberar os presos. As acusações? Obstrução de serviço público, incitação ao crime e... *last but not least*... formação de quadrilha! Criminalização de movimentos sociais da forma mais explícita. Os “flagrantes”, nessas e nas outras prisões que iriam ocorrer durante as manifestações, eram em sua imensa maioria falsos e mentirosos. O aparato repressivo estava a serviço das autoridades⁴ e do poder econômico, de forma muito explícita. Forjar flagrantes era a lei.

O advogado acionado para cuidar do caso pediu relaxamento de prisão. Segundo nos foi informado, ordem direta do governador do estado ao juiz competente pedia o não relaxamento da prisão. O juiz teria se indignado com tal intromissão do poder executivo no poder judiciário e, em revelia a tal atitude, teria dado o relaxamento de prisão, sem pagamento de fiança. A delegada, no entanto, teria tido um chique diante disso, dizendo que era uma desmoralização da polícia uma ordem para liberação dos presos. Diante dessa situação o juiz teria estipulado o pagamento de 1500 reais de fiança para cada um dos três presos políticos.

Soltos pelo pagamento da fiança, no entanto os companheiros presos não podiam aparecer mais nas ruas, pois seriam presos novamente e sem chance de responder os processos em liberdade.

A tática do Estado, da Polícia e da Prefeitura estava dada. A tática do porrete, da repressão física, supressão militar e crimina-

⁴ Na terceira semana de manifestações um vídeo da detenção de um jovem era uma prova irrefutável de como o flagrante assinado pelo policial era uma completa farsa.

lização do movimento. Prender logo no primeiro dia aqueles que eles viam como lideranças, fazia parte das intenções. É próprio de uma cabeça formada em uma vida e organização militar e hierárquica achar que tudo funciona nos moldes hierárquicos e militares, ou seja, que uma multidão de corpos agem sob e somente sob ordem de algumas cabeças. A tática da repressão, a menos que ela pudesse chegar ao extremo do assassinato e das prisões e criminalizações arbitrárias em massa, não poderia dar conta de um movimento social, de uma revolta popular que tinha uma questão social muito clara e que englobava toda a população da cidade por trás. Por mais que os órgãos do Estado coloquem agentes para investigar e espionar movimentos sociais e organizações políticas, faltam às autoridades militares e governamentais o espírito e a experiência para entender a dinâmica dos movimentos populares.

Se ao menos tivessem aprendido a lição do ano anterior: quanto mais repressão policial e confronto, mais as manifestações engrossavam... mas não, e a prepotência da força física caiu de quatro...

* * *

Terça-feira, as manifestações continuaram. A avenida Paulo Fontes, em frente ao TICEN, foi constantemente fechada aos automóveis durante as semanas de manifestação. Bastava algumas dezenas de pessoas se sentarem, em geral estudantes com média de 16-17 anos de idade, para ela ser fechada aos carros e ônibus durante o dia. A avenida Mauro Ramos também era bloqueada com certa frequência por alunos do CEFET. Os alunos do colégio Aplicação e do colégio Simão Hess foram incansáveis. Estiveram entre os primeiros a começar as manifestações, desde o primeiro dia, e continuaram bloqueando ruas mesmo mais de vinte dias depois de iniciada a resistência. Costumavam eles se dirigir ao terminal

da Trindade (TITRI), bloqueando a entrada e saída de ônibus e ruas do bairro. Os adolescentes faziam os policiais de gato e sapato. Escreviam nos braços a pouca idade que tinham e as mostravam para os policiais. Modificavam o trajeto a toda hora. Pularam muros do colégio para poderem tomar as ruas... A história das manifestações que os estudantes do Aplicação e do Simão Hess protagonizaram na Trindade mereceria mais destaque neste relato. Mas infelizmente quase não estive lá junto com eles. Porém, nunca é demais lembrar que o Aplicação e o Simão Hess sempre foram bases importantes do Movimento Passe-Livre (principalmente o primeiro colégio). Muitas vezes tenta-se exaltar um espontaneísmo que teria levado a população às ruas. A espontaneidade é sempre, em maior ou menor grau, parte dos levantes e manifestações populares. Mas uma explicação que recorre à “espontaneidade” é desistoricizante e despolitizante. Não foi simples acaso que os alunos do Aplicação e do Simão Hess estavam entre os mais engajados. Não se pode falar das manifestações deste ano sem exaltar a participação desses estudantes nas manifestações da trindade, e a participação e importância dos militantes do MPL que estudam nesses colégios.

A composição de estudantes menores de idade era tão grande e importante no movimento que a prefeitura, ao longo das semanas e percebendo que a repressão policial era ineficiente, começou a veicular uma mensagem na TV instruindo os pais a não deixarem seus filhos participarem das manifestações. Parecia que algumas escolas e muitas famílias não estavam cumprindo seu papel disciplinar requerido pelo Estado para manutenção de uma determinada ordem. Quando escola e família “falham”, pode-se abrir uma rachadura capaz de abalar essa ordem, em determinadas ocasiões.

Grande parte dos manifestantes menores de idade, mas também aqueles maiores, tinham que enfrentar a pressão da família, da escola ou do trabalho para estarem nas ruas. Estavam arris-

cando relações nas suas esferas privadas para se juntarem e formaram esse ente público e coletivo que fez retroceder o aumento das tarifas. Eram jovens que tinham fortes motivações para estarem nas ruas; já que estavam se arriscando ou pagando um preço por isso.

* * *

Bem, havia ficado evidente pela ação da polícia no primeiro dia, que o Movimento Passe-Livre era especialmente visado. Com a prisão e as acusações pesando sobre os companheiros presos no dia anterior, as autoridades haviam conseguido afastar das ruas as pessoas mais reconhecidas do Movimento Passe-Livre. Como veremos mais adiante, essa estratégia se mostrou ineficiente no sentido de barrar o movimento, mas por outro lado, talvez inesperadamente, criou problemas internos para a atuação do Movimento Passe-Livre.

Informações nos chegavam e eram divulgadas pela própria imprensa de que havia uma lista com mais dez pessoas para serem presas, até mesmo com prisão preventiva decretada. O Movimento Passe-Livre, monitorado sabíamos há muito tempo, provavelmente era o mais visado nessa (suposta) lista. A marca do terror de Estado, da supressão das liberdades civis, de criminalização dos movimentos sociais e do estado de exceção que estava sendo implantado, só tendo paralelo com a ditadura militar, podia ser percebido na ausência de camisas do Passe-Livre nas manifestações. Por motivo óbvio de segurança, as pessoas envolvidas no Movimento Passe-Livre, principalmente, deixaram de usar a camisa do seu próprio movimento. Comparando com o ano passado, eram poucas as camisas do Passe-Livre vistas nas manifestações. O clima era de estado de exceção, e não era à toa que eu procurava andar nas ruas com a minha mochila na mão, e não nas costas. Jovem de mochila (nas costas) era o próprio perfil do “criminoso” naquelas

semanas. Certamente não era paranóia da minha parte. Para os que duvidam, basta dizer que um jovem que andava sozinho na rua, em plena luz do dia e diante do movimento dos transeuntes foi preso com um mata-leão no pescoço simplesmente por estar cantando um dos slogans das manifestações. Uma vereadora que apoiava o movimento foi ameaçada de morte por telefone. O clima de perseguição política, de criminalização de movimentos sociais e de estado de exceção não era fruto de paranóia, mas de uma atitude concreta e deliberada do governo municipal e estadual, junto com a instituição polícia.

O limite a essa repressão e estado de exceção foi dado, ao longo da primeira semana e das subseqüentes, pelo apoio e movimentação de uma senhora que chamarei aqui de “sociedade civil”. Logo viu-se que era necessária a articulação com advogados, com grupos de direitos humanos, comissões parlamentares, etc. Era necessário tornar público, nacional e internacionalmente, o que estava acontecendo em Florianópolis.

O limite à repressão estatal é dado – numa situação de democracia (burguesa), de Estado democrático de Direito – pelo custo político que pode ocasionar certos níveis e formas de repressão. É só pelo custo político que acarreta, que, por exemplo, um governo e os interesses por trás dele não matam e desaparecem simplesmente com aqueles que os estão incomodando. Esse custo político, quem lhe impõe, é o que chamo aqui, por não ter outro nome melhor, de sociedade civil. Como sociedade civil compreendo não somente associações civis com ampla legitimidade perante amplo espectro social, mas também a massa de idéias, opiniões e pensamentos disseminados amplamente em meio às pessoas comuns que sustentam uma determinada ordem e que impõe limites aos desvios dessa ordem, dessa normalidade. Acabando de pensar e escrever essa definição, me parece que talvez ela tenha algo de parecido com o conceito gramsciano de sociedade civil, no que ele tem de relativo ao campo cultural e de luta por hegemonia.

Se a sociedade civil repudia um desvio da ordem democrático liberal, a partir de um certo limite ultrapassado pela repressão desenfreada e pela supressão de direitos humanos e civis por parte do Estado e do seu aparato repressivo, essa ultrapassagem gera um custo político aos que estão no poder. Nesse caso, ou a repressão começa a encontrar limites e obstáculos mais sérios, e se conforma mais ou menos a esses limites, ou a própria sociedade civil é tomada como alvo da mesma repressão. Nessa última situação caminha-se para uma ditadura de forma aberta, na qual todo obstáculo à repressão emerge naturalmente como alvo da própria repressão.

* * *

Bem, na terça-feira os servidores municipais fizeram uma paralisação por reajustes salariais. Durante a tarde fizeram assembleia nas escadarias da Catedral. Foram chamados a engrossar as manifestações pela redução das tarifas às 18h na frente do TICEN naquele dia, e também para comparecerem à grande manifestação de quinta-feira. Alguns ouviam boquiabertos os informes das prisões e criminalizações que haviam ocorrido no dia anterior.

A categoria conseguiu um acordo naquele mesmo dia com a prefeitura. Tenho comigo que o movimento contra o aumento das tarifas deve ter jogado um papel bastante favorável, talvez bastante importante, para que os servidores municipais tivessem conseguido uma contraproposta aceitável da prefeitura. Pois certamente seria péssimo naquele momento para a prefeitura que ela fosse alvo de mais um grupo ou categoria de manifestantes. Seria péssimo para ela se ver atacada pelos servidores municipais numa possível greve, e tê-los se juntando aos manifestantes que estavam nas ruas contra o aumento das tarifas. Uma categoria de trabalhadores já estava provavelmente tendo um saldo positivo com as mobilizações contra o aumento das tarifas.

O espaço deixado pela prisão dos companheiros do MPL no primeiro dia foi ocupado principalmente por lideranças de grupos políticos como UJS, PSTU, entre outros. O espaço que me refiro é principalmente o espaço da fala, da articulação na rua. Os companheiros presos iriam se dedicar às articulações fora das ruas. Os companheiros do MPL que não eram tão visados pela polícia não tinham também, na mesma proporção, tanto reconhecimento e respaldo em meio aos jovens que formavam o grosso dos manifestantes em frente ao TICEN, e também não tinham o hábito e a desenvoltura de se colocarem como lideranças organizadoras. E para piorar, além daqueles que aparecem falando mais serem assim identificados como “líderes” pela repressão, a única coisa que poderia ajudar os integrantes do MPL que ficaram nas ruas a terem mais respaldo diante da multidão de manifestantes era exatamente outro fator que os exporia a um enorme risco de serem presos: usar a camisa do Passe-Livre. E logo no dia seguinte às prisões, com a informação de que mais dez estavam para ser presos, os integrantes do MPL que, mesmo sob essa ameaça, foram para a manifestação no centro, apenas se misturaram à multidão, tentando assim se resguardar.

Bem, 18h, terça-feira, avenida Paulo Fontes tomada por manifestantes nos dois sentidos em frente ao TICEN. Uma marcha dos servidores municipais, que saíam da sua mobilização viria engrossar a manifestação. E quando foram avistados chegando, ninguém pôde conter a satisfação de ver a aglomeração ser ampliada daquela forma. Se na segunda-feira, dia 30 de maio, éramos centenas, na terça-feira éramos milhares! As autoridades não haviam aprendido a lição do ano passado: mais repressão, mais gente na rua.

Muito bem, aquelas milhares de pessoas ali (duas mil, três mil?), mas para onde ir? O que fazer? O caminhão de som que acompanhava os servidores municipais não pôde ficar mais do que alguns minutos ali, pois tinha que ir embora. Ficamos apenas

com a caixa de som do SINTUFSC, e já com a bateria fraca. Como aquela multidão iria entrar num acordo sobre o que fazer? Afinal, não eram exército de general algum. O tempo ia passando em frente ao TICEN, e a impressão era de que aos poucos o número de pessoas ia diminuindo, e não mais aumentando. O desespero de ver a falta de capacidade (auto) organizativa daquela multidão, de modo a decidirem coletivamente fazer algo além de ficar ali em pé, quase me tomou. A ausência principalmente de Marcelo Pomar era nítida em momentos como esse. As figuras de entidades estudantis e organizações políticas que ocuparam o espaço da fala pareciam não ter a capacidade e muito menos o reconhecimento e respaldo para facilitar e viabilizar um processo de decisão coletiva. Foi quando Lucas de Oliveira, que rondava por ali naquele dia, tomou a palavra.

Para quem não sabe, Lucas de Oliveira foi por muito tempo, junto com Marcelo Pomar, o principal articulador, ou liderança (se se preferir), da Campanha pelo Passe-Livre em Florianópolis, e membro da JRI. Eram tidos pela imprensa como as duas principais lideranças da revolta contra o aumento das tarifas em 2004. Ano passado, Marcelo foi preso e afastado das ruas no terceiro dia de manifestações. Mas o movimento ainda pôde contar com Lucas nas ruas...

Em novembro de 2004, Lucas de Oliveira anunciou em uma festa que estaria se afastando da militância e se concentraria em conseguir dinheiro para o movimento. Dali em diante o que se viu foi um processo de afastamento de Lucas de Oliveira em dois sentidos. O primeiro, como ele mesmo havia dito, auto-afastamento da militância. O segundo, afastamento dele (e de mais três ou quatro que acompanharam ele) por parte da grande maioria das pessoas envolvidas com a JRI e o Movimento Passe-Livre. Este último afastamento significando que, foi tornado público que Lucas de Oliveira e aqueles quatro que o acompanharam em seus pro-

jetos não participavam mais do Movimento Passe-Livre e não falavam em seu nome.

Foram várias as brigas durante o período que se estendeu de novembro de 2004 até o primeiro semestre de 2005. Não entrarei aqui em detalhes. O projeto fundamental de Lucas a partir de novembro de 2004 era fazer dinheiro de toda forma possível, utilizando o nome e o movimento pelo passe-livre, por exemplo. Princípios políticos, métodos organizativos, ética, tudo se subordinava ao objetivo principal que era fazer dinheiro, e fazer dinheiro em si mesmo: uma verdadeira subordinação ao capital era o que Lucas gostaria, de fato, de implementar. Não vou gastar espaço aqui citando exemplos. Mas obviamente, esses empreendimentos capitalistas eram fundamentados diante do Movimento Passe-Livre e da JRI com base em algum sofisma ou teoria marxista caduca, descontextualizada, historicamente errônea e requeitada (algo do tipo: “o comunismo vem depois e como consequência do capitalismo, portanto temos que ajudar a desenvolver o capitalismo...” ahrrrrrr!).

Em parte essa ânsia em ganhar dinheiro e em profissionalizar a “militância” pode ser explicada por ele ter dedicado toda sua juventude à militância política, nunca ter se preocupado devidamente com sua situação econômica individual. A lição que fica é a de que não se pode simplesmente vendar os olhos para as questões da sobrevivência individual e da construção da vida econômica do indivíduo, dedicando-se todo tempo e toda energia à militância política. Mais cedo ou mais tarde a vida provavelmente irá cobrar essa negligência, e os vários tijolos que foram colocados para construir a revolução ao longo dos anos através dessa militância, podem vir a ser derrubados facilmente diante dessa cobrança.

Mas o fato é que, naquela terça-feira, foram as virtudes dele, e não seus grandes defeitos, que eu enxerguei novamente, depois de muito tempo que ele havia se afastado das ruas e dos movi-

mentos sociais. Por suas posturas, ele havia se isolado politicamente na cidade.

Bem, mas naquela terça-feira ele foi a única pessoa capaz de conseguir fazer os manifestantes sentarem, ouvirem propostas, votarem as propostas e se guiarem em um rumo comum. Tudo na base do jogral. Além da sua habilidade em falar em público e expor de forma clara as idéias nessas situações, jogou a favor o fato de ele ter uma linguagem mais próxima dos manifestantes (grande maioria de jovens) e de ele não ser ligado a nenhum partido ou entidade. E esse foi sempre um importante diferencial do Passe-Livre nos últimos anos... ser apartidário, estar próximo aos jovens e longe dos esquemas e ranços da esquerda institucional e partidária. E Lucas, de alguma forma, ainda devia ser reconhecido pelo tempo que esteve no Passe-Livre. Sua presença ofuscou as figuras de partidos que até então se revezavam no microfone. Nitidamente os manifestantes davam mais respaldo ao Lucas do que aos outros que tomassem a palavra.

Das três propostas que surgiram, Lucas apresentou uma proposta consensual que unia as três, e que foi aprovada: iríamos em direção à Beira-Mar, fecharíamos o trevo em frente a rodoviária, seguiríamos em passeata pela Beira-Mar e voltariamos pela avenida Mauro Ramos.

No trevo da rodoviária houve uma certa dispersão. Os manifestantes estavam propensos a seguir os impulsos de qualquer um que gritasse e corresse, o que causava a diluição da manifestação, se espalhando por várias pistas. Recompostos principalmente depois que Lucas tomou novamente a palavra, a passeata seguiu pela Beira-Mar, fechando todas as pistas da avenida. O clima era bom... éramos milhares! E fechar a Beira-Mar aos carros era uma novidade.. ano passado isso não fora feito.

Éramos seguidos por trás pelo batalhão de operações especiais, com todo o seu aparato. Quando nos aproximávamos à altura

da rua Arno Hoeschel uma visão nos faz parar. A tropa de choque desce correndo por essa rua e se alinha em frente a nós, obstruindo a nossa passagem. A passeata estava totalmente pacífica, e nada havia sido depredado. Tudo bem, talvez uma ou outra confusão com algum motorista que queria forçar passagem entre os manifestantes em alguma altura. Mas certamente não era por isso que a polícia estava ali. Ela queria nos enxotar da Beira-Mar, uma das avenidas mais burguesas de Florianópolis, como um cachorro sarnento seria enxotado de um dos prédios ou restaurantes daquela avenida.

Passaram-se alguns minutos, dez ou quinze, e a polícia avançou com bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha, sem que ninguém tivesse feito nada além de estar caminhando por aquela rua. O avanço da polícia não foi reação a nenhuma agressão por parte dos manifestantes. Era simplesmente parte do plano de enxotar a gente. Parte do plano de suprimir as manifestações militarmente; estratégia da chinelada na guriçada.

Correria. Os manifestantes corriam para trás e se protegiam entre os carros parados, com motoristas e passageiros dentro. Passei por um ônibus vazio da Transol que estranhamente estava atravessado numa das pistas. O ônibus foi apedrejado. Pela versão que ouvi, o motorista teria atravessado propositalmente o ônibus na pista para impedir que os manifestantes que fugiam da carga da polícia conseguissem passar. Passei na corrida também por um BMW estacionado. A Beira-Mar era um lugar bom para esse tipo de manifestação porque, além de ser uma avenida de grande visibilidade e importante, seriam as coisas das classes média-alta e rica que seriam quebradas nesses casos. Mas nada além do ônibus foi quebrado.

Evidentemente, manifestantes ficaram feridos. Mas confesso que achei emocionante e excitante essa “batalha” na Beira-Mar. Batalha entre espas por que fomos atacados mais do que qualquer

coisa. A Beira-Mar era um cenário interessante, e inusitado para um tumulto daqueles. Não lembro de ter visto algo parecido com aquilo antes por ali, nem em protestos durante os desfiles de sete de setembro.

Uma cena⁵ capturada por um cinegrafista de uma TV comunitária deixou as autoridades e a polícia de calças curtas: nela um companheiro do Movimento Passe-Livre aparecia parado e de mãos para cima. Um policial o derruba, o imobiliza sem resistência alguma e o soca na cabeça até ele desmaiar. Por fim os policiais o arrastam desacordado e o largam no canteiro, como um saco de batatas podre. “Polícia no meu governo não bate em estudante”, dizia o governador ano passado...

A cena foi uma desgraça para o governo e para a polícia. O tipo da coisa que não poderia ser filmado e divulgado. Uma cena verdadeiramente chocante. A TV Floripa (TV comunitária transmitida a cabo) foi valiosa, principalmente na primeira semana de manifestações, mostrando imagens sem edições, e conseguindo uma grande audiência.

Bem, a polícia conseguiu nos tirar da Beira-Mar, nos fazendo caminhar pela saída que dá na rua Felipe Schmidt, bem no centro comercial da cidade. Por lá a manifestação seguiu ainda animada, com algumas pessoas fazendo algumas pichações em muros e vidros de bancos. E outras agredindo essas que faziam as pichações...

Ao contrário do dia anterior, voltei para casa com uma sensação boa, com gosto de vitória. Havíamos vencido naquele dia, sem dúvida. Ocupamos a Beira-Mar, como nunca antes havia sido feito. A polícia teve que expor toda sua brutalidade, e mesmo assim a manifestação continuou. E éramos muitos mais do que no primeiro dia!

⁵ Veja em <http://brasil.indymedia.org/media/2005/06/318144.avi>. O cinegrafista Alex Antunes ganharia o prêmio Vladimir Herzog por seu trabalho em capturar essa cena.

Chegando em casa, escrevi uma mensagem⁶:

“tô cansado, não fiz refeição hoje e tenho que acordar daqui a seis horas...

mandei relato pra lista do passe-livre, você pode ver... hoje foi legal...batalha na Beira-mar, uma avenida bem burguesa... trânsito do centro parado. MPL na mira da repressão política. Soubemos que existe uma lista de 12 pessoas do MPL para serem presas...eles vão querer enquadrar a galera. E isso é muito sério (...). Clima aqui está de terror entre o pessoal do passe-livre. Com o Marcelo mesmo eles já devem ter perdido toda a paciência. (...)

O povo mais velho e mais marcado do MPL não está podendo ir nas manifestações. O Marcelo, a Flora e o André não podem ser presos novamente, e estão fazendo as articulações de bastidores. Eu, como não acho que seja um sujeito marcado, e como não gosto de perder o agito, fui.

Soubemos que a estratégia da polícia era, no primeiro dia, pegar o pessoal do passe-livre. Nisso eles foram felizes até.

⁶ Mensagem privada, destino desconhecido... Lembro de Eduardo Colombo falando sobre como no movimento operário e libertário da primeira metade do século XX havia uma forte ética que regia a relação entre os companheiros de classe, e que foi desaparecendo a partir dos anos 60-70. Na era da simulação, até mesmo nos relacionamentos pessoais muitas vezes não conseguimos distinguir entre o falso e o verdadeiro, entre, por exemplo, uma relação de amizade e uma relação de sujeição. Por isso, o destino das mensagens muitas vezes é desconhecido. Interessante pensar e discutir como os relacionamentos pessoais acabam afetando o desenvolvimento de movimentos sociais e políticos, nesse tempo em que as palavras que significam uma relação vão perdendo o conteúdo, o referente.

Hoje o Lucas apareceu na manifestação no início da noite, e cara, ele foi a única pessoa que conseguiu organizar aquela turba, fazer o pessoal sentar, discutir propostas e votar (nem cara de partido nenhum e entidade nenhuma conseguiu, e nem independente nenhum). Ele pegou o microfone só na noite do segundo dia de manifestação e conseguiu exercer uma liderança, e ser reconhecido como tal, como somente o Marcelo teria conseguido. Uma grande pena que ele tenha enveredado por outros caminhos. (...). Se o Lucas não estivesse hoje, talvez a estratégia do segundo dia da polícia (a 'turba' que iria andar como barata tonta e cansar) tivesse dado certo..."

Claro, a questão não era a simples presença dele, mas a atuação dele.

A companheira "L.", do MPL-Floripa, fez algumas observações e análises que considero pertinentes, aguçadas e importantes. Já no primeiro dia de manifestações, pelo temor, sensato, de que a idéia "suicida" e espontaneísta da multidão de ir para a ponte gerasse um efeito negativo para o prosseguimento da resistência nos dias subseqüentes, houve uma tendência das decisões começarem a ficar fechadas em um "grupo politizado". Era fácil prever pela composição das ruas, como bem aponta "L.", que não se aceitaria dirigentes. Lembra muito bem ainda, que: "Quando nos sentimos manipulados preferimos nos jogar a novas iniciativas mesmo sem reflexão". E disso decorreria "o grande problema do Comitê de Resistência ao Aumento da Tarifa, que como frente ampla se colocou como representante das massas achando que essas o dariam legitimidade". Mas o que teria ocorrido na terça-feira, depois das prisões, foi que o MPL, que era do comitê o único com certa legitimidade entre os manifestantes, "não estava" mais ali, e o comitê continuou se achando o mais capaz de decidir. E "quanto mais

a massa pirava na ponte, mais o comitê queria o controle e mais se fugia dele nas ruas. Foi aí que o Lucas apareceu, e com grande alívio e muito medo que o vi falar a língua da galera e conseguir encaminhar algo”.

* * *

Quarta-feira, dia 1º de junho, terceiro dia de manifestações. O discurso do prefeito e do governador é de que a prefeitura está de “mãos amarradas” pois o aumento teria sido fruto de uma decisão judicial. O poder judiciário é que não gostou nada de tal discurso oficial dos poderes executivos, que não passava de bravata, de mentira de pernas curtas, e que lançava toda a responsabilidade sobre o judiciário. Uma nota da Associação dos Magistrados de Santa Catarina iria desmentir tal discurso da prefeitura, mostrando que a Justiça apenas havia decidido sobre a legalidade do decreto que concedia o aumento das tarifas. Restou à prefeitura mudar o discurso. Não sendo mais possível jogar a responsabilidade ao judiciário, a justificativa era de que não era possível voltar aos valores anteriores senão as empresas de transporte quebrariam. A prefeitura advogava pelo bolso dos empresários, e não da população.

No terceiro dia de resistência, a manifestação da noite, no centro da cidade, consistiu numa passeata que percorreu a avenida Mauro Ramos e a avenida Beira-Mar, e uma tentativa de entrar na Assembléia Legislativa, onde estaria o governador do estado. A polícia dessa vez não reprimiu. Custou a entenderem que a tentativa de impedimento de passeatas por via repressiva só causava arranhões na imagem da polícia e do governo, e uma publicização a nível nacional do que acontecia em Florianópolis. Um clima de repreensão de certas atitudes que fugiam a um padrão de manifestação “pacífica” começou a existir dentro de uma parcela dos manifestantes.

Não participei da passeata porque fui com mais uns 25 manifestantes até a Barra da Lagoa, onde o prefeito estaria com seus secretários municipais ouvindo as reclamações da comunidade, num desses projetos intitulados “Prefeitura na Comunidade” ou algo do tipo, que serve basicamente para o prefeito angariar simpatia da comunidade fazendo de conta que está preocupada com ela. Creio que o local era uma associação de bairro, ou algo do tipo. Estava cheio. A intenção era conseguirmos a palavra no microfone e/ou cantar algumas palavras de ordem. Logo as autoridades perceberam a presença de “manifestantes no local”, e o número de guardas municipais e policiais militares no recinto foi aumentando. Cada vez as autoridades e os guardas ficavam mais tensos, esperando algum bote dos manifestantes. Eles tinham verdadeiro pavor do que essa gurizada insolente era capaz de fazer, afinal, estavam desafiando nas ruas a polícia e os poderosos, com toda coragem. A primeira dama se retirou da mesa, com o filho do casal. Provavelmente uma medida de precaução.

Modesto Azevedo, presidente da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias conseguiu a palavra. Ele havia ido conosco. Fez uma intervenção no nível de radicalidade apropriado para a situação em que estávamos. Algo mais ácido poderia atrair a antipatia dos presentes (que em geral nesses eventos são puxa-sacos dos políticos). Cantamos palavras de ordem ao final, e um informativo do Centro de Mídia Independente foi entregue a todos, inclusive prefeito e secretários. Acho que no final a sensação dos policiais e guardas deve ter sido: “era só isso?”. A intervenção foi positiva.

* * *

Dia 2 de julho, o dia da grande manifestação. Policiais vindos de outras cidades do Estado. Um acampamento da polícia havia sido montado ao lado da rodoviária, que fica a uns cem metros do

TICEN, com banheiro e refeitório. Vinte e quatro horas por dia havia policiais para impedir o bloqueio das pontes no local. Certamente nunca antes em Florianópolis um efetivo tão grande da polícia foi mobilizado tão intensamente e por tanto tempo como naquele mês de manifestações contra o aumento da tarifa.

As autoridades (prefeitura, governo e polícia) estavam realmente preocupadas com aquele dia. Haviam sondado universidades de Joinville achando que partiriam ônibus com manifestantes de lá. Contingentes policiais foram postos na via Expressa, que dá acesso à ilha, para impedir que supostos ônibus de manifestantes chegassem, ou que manifestantes vindos de fora tentassem bloquear a via Expressa como tática de luta. Acho que do lado de lá da barricada, eles, por incrível que pareça, têm mais medo do inimigo do que nós do lado de cá. A paranóia tomou conta deles (também). Não havia absolutamente nada programado sobre manifestantes virem de outras cidades. O que aconteceu de fato é que os protestos em Florianópolis incentivaram e motivaram protestos de mesmo cunho em Blumenau e Criciúma.

À tarde estava eu, num sindicato, junto com outros companheiros do MPL, sindicalistas e militantes do PSTU e UJS, estávamos discutindo o que faríamos na grande manifestação de logo mais. A idéia era sairmos com algo em comum, combinado. Tipo, quem ficaria em cima do carro de som (que nem eu sabia exatamente quem estava pagando), algumas coisas que deveríamos falar e, principalmente, uma proposta comum para a manifestação. Ficou acertado que eu era um dos que deveria subir ao carro de som. Confesso que, apesar da idade, era tarefa inédita para mim. Para falar a verdade, não me sentia muito confortável no papel.

Centenas, milhares de pessoas foram se juntando em frente ao TICEN no final de tarde. A expectativa ia aumentando. A imensa maioria jovens. Jovens sem vinculação com organizações políticas. Jovens com claro repúdio e desconfiança em relação a instituições e partidos políticos... e... ... a carros de som.

Era um carro de som, grande e branco que chegava, já com duas pessoas em cima. Uma da UJS, e a outra pessoa, um homem na faixa dos quarenta anos, próximo aos cinquenta, de barba e chapéu, que definitivamente não era reconhecido pelos manifestantes. Como diria um companheiro na semana seguinte: era um elefante branco chegando com um popstar em cima. Ninguém naquela multidão sabia da onde vinha o caminhão, quem estava pagando o caminhão, e quem era o sujeito ali em cima. Mas na hora, eu só estava preocupado em cumprir meu papel que ficara combinado à tarde no sindicato.

O caminhão chegou com antipatia geral da multidão. E em pouco tempo o microfone foi puxado pra baixo por um manifestante. Bem, os planos combinados naquela reunião da tarde, já estavam dando errado. Quem faz inscrições, quem controla o microfone? Muitos inscritos para falar. As assembléias na rua viravam com frequência uma feira de vaidades, onde todos os pretendentes a líderes, por ego ou por interesse, tinham que tomar a palavra, mesmo que fosse pra dizer o que já havia sido dito. E mesmo se tinham boa vontade de ajudar, acabavam muitas vezes atrapalhando, porque a assembléia ficava insuportável, com falta de objetividade. Além disso, essas figurinhas, ligadas a organizações partidárias ou grupos de esquerda, causavam uma certa repulsa aos jovens que compunham as manifestações.

Me inscrevi. Peguei o microfone para fazer a proposta que havia sido acordada na reunião. Para falar a verdade, não me recordo mais qual era a proposta. Acho que era uma passeata por algum trajeto específico. Mas enfim, fui vaiado quando fiz a proposta, quase não consegui falar. Era “ponte”, apenas “ponte”, e qualquer um que não falasse para ir à “ponte” era vaiado. Evidentemente, o fato de se vaiar uma proposta dessa forma, sem deixar o interlocutor falar direito, não é nada democrático. Mas não dá para exigir muito se as pessoas de fato não têm o costume da democracia direta. Estão acostumadas a ouvirem políticos, patrões e di-

rigentes que decidem por suas vidas, sendo o único recurso para fazer ouvir suas vontades no dia-a-dia a vaia, o grito, a desobediência civil, que, afinal, era o que estávamos fazendo naqueles dias.

Era impossível fazer ganhar qualquer outra proposta. Ir para a ponte ganhou de longe. Absolutamente nada do combinado naquela reunião havia dado certo. Ir para a ponte: missão suicida. De volta e em cima do carro de som, um deputado estadual, junto com algumas outras pessoas que estavam em cima do carro, pediam apenas dez minutos para o deputado negociar a liberação da ponte com o secretário de segurança pública. Prevendo, evidentemente, que o pior poderia acontecer. Mas os jovens foram caminhando em direção à ponte. Alguns bem apressadamente. Era uma turba. Do caminhão, o tio de barba e de chapéu pedia para que voltassem, para que as pessoas ficassem em torno do caminhão. A essa altura, a avenida Paulo Fontes estava cheia de manifestantes dispersos ao seu longo, com aqueles que ficaram próximos ao caminhão, que quase não saiu do lugar, e aqueles próximos à rodoviária, se encaminhando para um dos trevos que dá acesso à ponte. Não havia unidade na ação. O caminhão de som estava bastante desmoralizado, e quase nenhuma diferença faria se fosse outra pessoa a estar em cima dele. Éramos cerca de cinco mil pessoas, creio. A maior concentração de todos os dias de mobilização.

Chegando em frente à rodoviária, uma cena insólita aconteceu. Dezenas, ou centenas de jovens saíram em disparada em direção ao interior dela. Alguém havia tido a idéia de atravessar a rodoviária para tentar chegar à ponte, sendo seguido pelos outros. A idéia não surtiu efeito. A policia esperava do outro lado.

O caminhão de som pedia inutilmente para que as pessoas voltassem e ficassem no seu entorno. Mas o povo estava cada vez mais disperso pelo avenida Paulo Fontes. E os mais endiabrados rumavam para o final da Paulo Fontes, onde ela se encontra com a Beira-Mar, de modo a tentarem chegar à ponte por ali. Mas o batalhão de operações especiais estava esperando. É difícil dizer

que houve confronto, porque na verdade o que houve foi uma ação unilateral da polícia, que atirou bombas de feito moral, balas de borracha, gás lacrimogêneo para afastar os manifestantes, que corajosamente estavam na linha de frente. Pelo menos, aqueles que queriam tanto ocupar a ponte, realmente estavam dispostos a enfrentar de peito aberto a repressão policial. Não se pode reclamar dessa falta de disposição. E nem ver isso como algo negativo. Pelo contrário.

Os ataques da polícia geravam correria, evidentemente. Eu fiquei sempre a uma distância segura, longe do alcance das armas da polícia. Além dos motivos óbvios, eu achava que mais baixas no MPL era tudo que não deveríamos ter naqueles dias. Parecia que estávamos num dia de carnaval, quando uma grande avenida fica tomada pelo povo, por milhares de pessoas perambulando de um lado para o outro. A Paulo Fontes era nossa, do início ao fim. Não havia polícia nela. Nesse dia, nessa “manifestação”, pela quantidade grande de pessoas (avalio em cerca de cinco mil), e pela avenida ser nossa, aqueles que queriam se preservar fisicamente dos ataques da polícia, poderiam o fazer com tranqüilidade, apenas mantendo a distância adequada da linha policial. Isso permitia que os espíritos mais dispostos a encarar a polícia, pudessem estar junto numa mesma manifestação com aqueles que não queriam se arriscar a ser alvo de bombas e balas. Havia espaço suficiente para todos. Os “radicais” não colocavam em risco, na situação dada, os mais “pacíficos”.

A polícia fez os manifestantes desistirem da ponte, e voltarem ao TICEN. O caminhão de som, sempre com alguém em cima, clamava pelo caráter “pacífico”. Mas o caminhão já estava em total descompasso com o que ocorria ali embaixo. É bom deixar claro aqui, que esse espírito de enfrentamento com a polícia, de agir de forma contundente nas ruas, não era algo de meia dúzia ou de um grupo de duzentas pessoas na manifestação. Esse era o espírito de grande parte dos manifestantes. E à medida que o tempo corria,

esse espírito impregnou todos os manifestantes, independente de faixa etária. A hora que um grande número de manifestantes, de volta à frente do TICEN, decidiu invadir o terminal, não consegui encontrar uma pessoa sequer que via as cenas com maus olhos. Até eu, naquela altura, já estava xingando o carro de som. Minha autocrítica se deu durante a própria manifestação. É preciso caminhar de acordo com o espírito das ruas, entender a composição dos manifestantes, e pensar o que fazer a partir disso. O que eu vi naquela quinta-feira à noite, dia 2 de julho, era a massa ultrapassando e passando por cima da suposta “vanguarda”. Fiquei sabendo na semana seguinte que o carro de som chegou a ser apedrejado. Sem dúvida, para quem ficou com o microfone em cima do carro, a posição era incômoda. Qualquer fala que não fosse no sentido de fazer com que não se invadissem ou quebrasse algo seria usada para enquadrar o orador em algum crime, já que as autoridades estavam usando tudo e mais um pouco como justificativa para enquadramento criminal. Mas houve um sensível descolamento dos oradores e “organizadores” das pessoas que estavam ali embaixo na rua. Digo isso em relação à reunião que fizemos à tarde no sindicato assim como aos que ficaram no carro de som durante a manifestação.

O TICEN foi invadido. Grades foram derrubadas, vidros foram quebrados. Eram cenas de revolta. Revolta contra aquele sistema de transporte capitalista, ruim e caro. Nunca havia vivido uma verdadeira *riot* (distúrbio, desordem, caos), como se diria em inglês, como aquela. Florianópolis nunca havia vivido uma noite como aquela. Pelo menos não no tempo em que vivi nessa cidade.

Uma guarita de fibra foi totalmente destruída. A sede da Cotisa, consórcio das empresas de transporte que administra os terminais, foi apedrejada, diante dos olhos aprovadores de todos os manifestantes que eu podia ver. Sua fachada de vidro foi totalmente quebrada. Computadores, fax, tudo que havia dentro foi

destruído. Ano passado sua fachada de vidro já havia sido alvo de pedras. (Com a destruição deste ano, a Cotisa resolveu repensar o design da sua sede, mudando a fachada de vidro por concreto, sem janelas e com porta de ferro; uma verdadeira loja maçônica).

Depois de um tempo de incursão dos manifestantes ao TICEN, as bombas da polícia se aproximaram de nós. O caminhão de som finalmente percebeu que não tinha mais o que fazer ali e foi embora. Fui andando junto com algumas centenas que andavam em direção ao terminal antigo e à praça XV. No caminho, barulho de vidros quebrados: eram postos de polícia e coisas do tipo. O centro da cidade era do povo em rebeldia.

Bem, não via mais motivo para ficar ali. Sentia um pouco de apreensão de que algum tumulto entre próprios manifestantes viesse a acorrer, ou de que alguma pedra sobrasse pra mim. Achei que a manifestação estava já se dispersando e que seria melhor me resguardar para os dias seguintes. Fui embora subindo a rua dos Ilhéus, passando pela frente da Câmara Municipal.

Exatamente no momento em que passava em frente à Câmara, um grupo de manifestantes posicionados ali começou a atirar pedras na dezena de polícias que guardava a entrada da casa. Os polícias ameaçaram uma reação bem na hora que eu passava em frente a eles. Passei, e parei pra observar um pouco à distância. Uma chuva de pedras fez os policiais escolherem bater em retirada, numa cena inusitada. A Câmara ficou livre para ser apedrejada. Fui embora, sem ver a porta de entrada ser arrombada, e manifestantes entrarem e colocarem fogo dentro dela, em cenas que fazem já parte da história da rebeldia do povo de Florianópolis.

Pelo centro da cidade, parecia que havia uma brincadeira real de *polícia-e-ladrão*. Uns tentando andar sem ser vistos pelos outros... os outros correndo atrás dos uns.

O que só fiquei sabendo no dia seguinte é que, quando havia ido embora, centenas ou milhares de manifestantes ainda estavam

em frente ao TICEN. E de lá, um grupo tentou ir à Beira-Mar, sendo impedido pelos ataques da polícia. E outro grupo decidiu ir à prefeitura, sendo dispersos pela tropa de choque quando se aproximavam.

Enquanto as bombas e tiros estouravam pela Paulo Fontes durante a noite, no décimo primeiro e último andar do prédio da prefeitura, o prefeito fazia uma reunião com secretários, vereadores, autoridades. Participavam também dois compas do MPL. Lá de cima eles tinham uma visão privilegiada do que acontecia na Paulo Fontes. A reunião era para discutir a situação na cidade devido ao aumento das tarifas. E a reunião transcorria ao som das bombas de efeito moral, o que deixava o prefeito nitidamente desconfortável e apreensivo. A notícia, trazida por um assessor, de que os manifestantes haviam posto fogo na Câmara de Vereadores, caiu como uma verdadeira bomba. O prefeito começou a ter espasmos numa das faces. O secretário de transporte aconselhou, pela primeira vez, a que o prefeito revogasse o aumento. O medo, e só o medo do povo faz a classe dominante recuar. E eles têm muito mais medo do povo que o povo deles e de sua polícia. Quando souberam que manifestantes se dirigiam à prefeitura o pânico tomou conta dos funcionários, dos secretários da prefeitura e do prefeito. Alguns ligaram para seus familiares desesperados, outros, quase chorando pediam para que as luzes fossem apagadas, de modo que os manifestantes achassem que não havia ninguém ali. Apreensão e medo, muito medo, circulou pelo décimo primeiro andar da prefeitura. Naquele dia, o prefeito teve que ir embora resgatado e escoltado pela polícia.⁷

⁷ Um dos companheiros que estava na reunião na prefeitura me contou, nas palavras dele, “uma história bastante legal e esclarecedora. Na hora que a gente estava na prefeitura, quando vimos que a galera estava vindo, luzes sendo apagadas e tal, os repórteres das rádios entravam ao vivo, dando qualquer boletim, e finalizando a nota dizendo que o prefeito já não estava mais no prédio. Mas estava. Faziam isso, rindo, olhando para os assessores: ‘vamos dar uma ajuda também, né?’”.

Agências bancárias também foram quebradas. Uma delas teve até caixas eletrônicos danificados. Mas dezenas de pessoas foram detidas durante aquela noite. Dezesseis foram presas, entre homens e mulheres, todas arbitrariamente. Alguns que simplesmente filmavam as manifestações como parte de um trabalho acadêmico. Um dos presos era um membro da UJS, presidente de uma das “União Catarinense de Estudantes”, que desde terça-feira tinha sido a figura mais destacada como orador. Havia ficado quase toda a parte do tempo em cima do caminhão de som naquela noite. Foi preso quando estava jantando em um restaurante, num procedimento completamente ilegal por parte da polícia.

* * *

Na sexta-feira o dia começou para mim lá pelas 15h, em frente à Central de Polícia, onde os dezesseis presos do dia anterior estavam encarcerados. Advogados da OAB tentavam negociar a liberação deles. Havia ordem de que fossem transferidos para o presídio. A centena de manifestantes do lado de fora estava ali para pressionar, fazer barulho sobre a criminalização do movimento e tentar impedir essa transferência. Mas foram transferidos no final da tarde para o presídio, sob terrorismo psicológico e humilhações físicas por parte da polícia. À noite, foram finalmente liberados sob pagamento de fiança.

Essas prisões só causaram mais indignação e mais alarde quanto à violação de direitos humanos e civis em Florianópolis.

Às 18h, a concentração na frente do TICEN contava com milhares de pessoas. Fiquei surpreso com a quantidade. Depois do grande dia que tinha sido chamado para quinta-feira, seria natural que na sexta-feira o pessoal desse uma descansada para retomar o fôlego. Mas não, havia duas ou três mil pessoas na rua naque-

la noite. Uma passeata ocupando todas as pistas da Mauro Ramos e da Beira-Mar foi o prato do dia, com parada e assembléia no cruzamento das duas avenidas. Uma bela manifestação, alternando bem, um dia mais agressivo com um dia calmo.

Novamente em frente ao TICEN, uma assembléia foi feita, e uma catraca, que um dia havia sido de um banheiro, foi queimada, numa manifestação simbólica. A assembléia ia se esvaziando aos poucos, em parte por culpa das figurinhas de grupos políticos que fazem sempre questão de falar, mesmo que não tenham nada a acrescentar, e em parte pela dificuldade de se manter por muito tempo um jogral quando a falta de objetividade é grande. O fato é que com a falta de vínculo anterior entre as pessoas que estavam na assembléia, era bastante difícil tirar alguma resolução verdadeiramente exequível, como, por exemplo, montar um acampamento em frente ao TICEN como no ano anterior e como estava sendo proposto. Com a diminuição do número de pessoas, a polícia acabou atacando com bombas de efeito moral. Alguma pedra havia sido atirada pra “justificar” isso? Difícil saber exatamente. Em casa, eu iria escrever mais uma mensagem:

“Aqui a coisa está foda. Ao mesmo tempo que é parecido, é diferente do ano passado. Eu preferi ano passado... está com gosto de reprise, não como ler um livro pela primeira vez.

A criminalização, a repressão e a perseguição política estão maiores... e na cara dura mesmo..

A atuação do MPL tem que ser repensada a meu ver... enfim, muita coisa a avaliar e aprender...

Nunca tinha vivido algo como ontem... caos total no centro da cidade.. foi legal que a quebradeira foi consciente, só a sede do consórcio das empresas de ônibus, o terminal (que é particular), a câmara de vereadores e bancos foram depredados...

chegaram a quebrar caixa eletrônico dentro dos bancos... quebraram a câmara... jogaram molo-tov lá dentro... a prefeitura, com o prefeito e secretários dentro escapou por pouco (o d. estava lá dentro e contou como o prefeito e secretários estavam apavorados com as manifestações)...Uma verdadeira revolta popular..o centro da cidade do povo... caos, caos... muito bom... mas muitos problemas de organização também...

Era para eu estar no carro de som nesse dia... as coisas não saíram como planejado (ainda bem, porque além de eu virar alvo de prisão, acho que eu estaria fazendo um papel de burocrata, e isso não é punkisse minha, foi o que percebi pelo andar da manifestação...) ...

(...) Enfim... a prefeitura não recua... nem nós... a repressão só não é maior por pressão de uma senhora chamada 'sociedade civil' e de uma outra chamada 'opinião pública'...

Hoje achei que ia esfriar, mas deu muito mais gente que eu imaginava... quanto mais eles reprimem e criminalizam o movimento mais as pessoas vão pra luta... são burros como uma pedra..."

* * *

O final de semana foi de reuniões. Ao contrário do ano passado, quando uma reunião do Passe-Livre no sábado foi utilizada para definir comissões, uma data de ultimato, entre outras coisas concretas para a semana seguinte, e reunindo não só militantes do Passe-Livre, este ano foram feitas várias reuniões durante o primeiro fim-de-semana de mobilizações, mas muito pouco pro-

dutivas. Pouca coisa de concreto foi realmente tirada para as mobilizações. Essas reuniões se prolongariam pelas tardes da semana seguinte. Eu, vendo que meu lugar era na rua, e que delas pouco se tirava, não mais participei. Parecia que faltava alguém que pensasse estratégias e táticas, e que tivesse suficiente respaldo e que inspirasse confiança nos que estavam nas reuniões. Acho que a desarticulação do MPL contribuiu enormemente para esse estado.

Bem, mas tivemos também uma reunião fechada do MPL. O MPL não teve uma atuação de fato durante a semana. Indivíduos do MPL participaram das manifestações, mas como um movimento organizado, como um coletivo, a atuação deixou muito a desejar. Ainda mais porque do MPL, por bem ou por mal, se espera e se necessita que tenha um papel de ponta-de-lança, como foi ano passado.

Na reunião ficou claro que havia duas perspectivas, duas visões sobre o que estava acontecendo, que não se conciliavam. Uma compartilhada em geral por aqueles que foram afastados das ruas no primeiro dia, devido à prisão e às acusações criminais que sofreram. A outra por aqueles que estiveram nas ruas, nas manifestações, durante a semana.

A perspectiva do primeiro grupo foi construída durante a semana, fortemente influenciada, a meu ver, por dois elementos: a pressão psicológica decorrente das criminalizações e perseguições que estavam sofrendo, e os conteúdos das notas que o presidente da Aprasc⁸ lançara durante a semana. O presidente da Aprasc é de uma idoneidade incontestável. Mas as notas que foram lançadas eram infelizes, a meu ver, em alguns ou vários pontos. Primeiro em fazer uma divisão entre “maus” e “bons” manifestantes. Até porque em geral isso não condizia com a realidade. Não era um

⁸ A Aprasc é a associação dos soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina.

pequeno grupo que estava disposto a ações mais “ousadas”. Era grande parte dos manifestantes, quando não o espírito geral da manifestação. Segundo, em imputar a um “agitador” em especial, com interesses suspeitos, o desvirtuamento de manifestações “pacíficas” em “quebra-quebra” ou enfrentamento, o que seria o jogo da polícia. E esse agitador seria Lucas de Oliveira⁹, como era implícito nas primeiras notas e como seria explicitado em uma nota na semana seguinte.

Para quem estava nas ruas, não fazia sentido imputar tal papel a Lucas de Oliveira: primeiro porque o único dia em que ele interveio decisivamente e destacadamente foi na terça-feira, mesmo assim apenas facilitando a decisão coletiva de propostas que nem vieram dele; segundo porque as intervenções dele não destoavam do caráter geral das outras intervenções. Possível e provável que Lucas estivesse pensando sua participação com intuito de capitalizar algo do movimento. Mas isso praticamente todas as organizações políticas o fazem. Enfim, as notas da Aprasc alimentaram uma certa “paranóia” nesse grupo do MPL que ficou afastado das ruas, em relação ao direcionamento que estaria sendo dado às manifestações, e em relação à figura específica de Lucas de Oliveira. Talvez também alimentada por uma rixa criada nas brigas e cisões que aconteceram anteriormente. Bem, o fato é que esse grupo acabou levando mais em consideração, na hora de fazer suas avaliações e pensar encaminhamentos, as notas da Aprasc do que os relatos e avaliações dos militantes do MPL que continuaram nas ruas acompanhando de dentro os acontecimentos.

⁹ O destaque que dei anteriormente à presença de Lucas de Oliveira no segundo dia de manifestações se deve tão somente ao fato de ele, erroneamente, a meu ver, ter sido uma figura tão central nas avaliações iniciais de parte do MPL sobre as manifestações, o que acabou influenciando de algum modo a atuação do MPL.

Se a repressão que caiu sobre o MPL já no primeiro dia, por um lado só serviu pra engrossar as manifestações nos dias seguintes, por outro lado criou essa separação dentro do MPL, e instaurou um estado psicológico em vários membros do MPL que os distanciou da frieza e racionalidade necessária que as avaliações e encaminhamentos políticos exigem. Isso fez com que uma unidade do MPL ficasse comprometida. Fez também que um discurso que tendia a ver com maus olhos toda e qualquer manifestação de protesto ou revolta que fugisse de um padrão extremamente “comportado” e “educado” ganhasse força dentro do MPL. Sintoma disso era a tendência em enxergar com facilidade um “provocador” pago ou um P2 entre os manifestantes que não se comportassem de uma certa maneira. Uma tendência a separar não somente “bons” e “maus” manifestantes, mas a boa e má manifestação. O que de fato não parecia uma leitura adequada da composição das manifestações e do espírito que vinha dos manifestantes, e que não era injetado por nenhuma figura ou organização externa.

Sendo assim, na reunião de sábado, a partir do ponto de vista de que era necessário tentar contrapor o caráter “desordeiro” das manifestações, que estaria sendo instilado principalmente por um indivíduo específico, decidiu-se que o MPL convocaria um grande ato na quinta-feira, às 15h, no Largo da Catedral. A idéia era atrair sindicatos, pessoas e setores que não estariam participando das manifestações às 18h no TICEN por receio e por medo. De certa forma, era também tentar criar uma manifestação em que o MPL pudesse ter alguma participação e direcionamento mais efetivo, não por orgulho e vaidade do MPL, mas para que ela tivesse uma maior consequência política.

O que me parecia também, era que o MPL – mas não só ele evidentemente – não estava conseguindo apreender o caráter dialético, contraditório e complementar, entre diferentes formas de manifestação para que um movimento popular seja bem sucedido;

que aparece por exemplo na tão discutida oposição entre “violência” e “não-violência” em movimentos mundo afora.

As manifestações de protesto e revolta mais enérgicas, mais “mal-educadas”, com caráter de confronto, descontrole e/ou destruição de propriedade, em geral trazem consigo os seguintes aspectos: 1) são as que realmente criam medo no poder, demonstram que a disciplina que sustenta a ordem estabelecida está sendo corrompida pela revolta popular, e o poder só cede por medo; 2) justificam mais facilmente a criminalização do movimento, tanto pela mídia quanto pelas autoridades; 3) torna o movimento mais fácil de ser isolado do restante da sociedade; 4) grande parte das vezes faz com que o movimento tenda a ficar restrito a um grupo ou setor social (claro que isso depende do nível de “mal-educação” das manifestações e do nível de disseminação da insatisfação que gerou os protestos na população); 5) produzem mercadoria-notícia de alto valor para a imprensa capitalista, dando visibilidade local, nacional e até internacional ao movimento, o que por vários motivos é positivo.

As manifestações “bem-educadas”, “pacíficas”, ou seja, passeatas e concentrações, por sua vez: 1) preocupam muito pouco as autoridades e são pouco capazes de criar real pressão para que os que têm poder cedam; 2) favorecem a que a opinião pública tenha uma boa imagem do movimento; 3) dificultam a criminalização do movimento; 4) em geral propiciam uma maior participação de vários setores da sociedade; 5) dificultam seu isolamento em relação ao resto da sociedade.

Um movimento vitorioso, em geral, é o que consegue combinar as doses certas de cada tipo de protesto. Evidentemente, se é o caso de uma insurreição violenta e em massa, ou seja, em que participa a grande maioria da população, há muito menos a temer em termos de criminalização e isolamento. O problema é que essas doses não são matéria de cálculo racional, elas acontecem muito

mais ao acaso do que por um processo que alguém ou algum grupo tenha controle efetivo.

* * *

Segunda-feira, dia 6 de junho, as manifestações continuaram. Mas foi um dia diferente. Os motoristas e cobradores fizeram uma paralisação de dez horas, reivindicando reajuste salarial. Ficaram parados das 8h às 18h. As pessoas que foram cedo até o centro da cidade, depois não tiveram ônibus para voltar para casa pela manhã e ao meio-dia. A situação gerou um desconforto nos usuários, que começavam a se acumular indignados em frente e em torno ao TICEN. Não se tratava dos manifestantes usuais pela redução das tarifas. Espontaneamente e sem organização prévia, os populares começaram a bloquear diversas ruas do centro, ao longo da Paulo Fontes. Eram centenas, mil talvez. E nos bloqueios, nem a moto da guarda municipal conseguia passar. Foram mais efetivos em bloquear o trânsito do que os manifestantes usuais tinham sido até então. A polícia teve que agir para desbloquear as ruas. O *acaso*, nesse dia, parece que foi mais eficiente, politicamente, do que a *determinação*.

Às 18h, em frente ao TICEN, aproximadamente mil pessoas fizeram uma bela passeata fechando totalmente a rua Padre Roma e as avenidas Rio Branco e Mauro Ramos, com a polícia apenas acompanhando. Para um dia com paralisação do transporte coletivo, aquele número e aquela atividade foram bastante satisfatórios. Mas o refluxo começaria a ser sentido no dia seguinte, terça-feira, dia 7 de junho.

* * *

O secretário de segurança pública estava em Paris durante a primeira semana de manifestação. A versão de que a prisão das “lideranças” do MPL no primeiro dia havia sido uma tática desastrosa das autoridades ganhou força na imprensa e nas salas e reuniões, onde se discutia a situação com a presença de algum membro do MPL. Desastrosa porque teria tirado das ruas justamente as pessoas que poderiam ter algum controle sobre as manifestações. Claro que o MPL jogava também com esse discurso, que não deixava de ser verdadeiro, mas com o intuito de que fossem dados salvos condutos aos que tinham sido presos e de que os membros do MPL não fossem mais perseguidos e presos.

Inteligentemente, o secretário de segurança pública, demonstrando habilidade política e, talvez, um certo liberalismo, concedeu esse salvo conduto às “lideranças” do MPL, que assim puderam voltar às ruas. Esperava o secretário que eles fossem domesticar e controlar as manifestações. Uma declaração de que havia sido feito um acordo nesse sentido causou incômodo entre os manifestantes, tendo que o MPL divulgar e distribuir uma nota explicativa de que nenhum acordo havia sido feito.

Terça-feira, dia 7, estavam Marcelo e André de volta às ruas. Mas não eram mais do que algumas centenas de pessoas que vieram se concentrar às 18h na frente do TICEN naquele dia. Foi feita uma passeata em torno da Assembléia Legislativa, depois passando por algumas ruas do centro comercial da cidade. A meu ver, um percurso que não trouxe visibilidade, e nem incômodo nenhum às autoridades.

Por um lado o movimento havia entrado em refluxo, mas por outro lado, nessa semana ocorreram manifestações no Tirio e passeatas que vieram ao centro vindas do continente e do sul da ilha.

Mais uma quinta-feira chegara. O dia tornado simbólico desde a revolta do ano anterior. O ato chamado pelo MPL para 15h no Largo da Catedral atraiu menos pessoas do que eu esperava. Eram algumas centenas. Vários discursos foram feitos. A criminalização do movimento era uma das pautas. A municipalização dos transportes, com as manifestações deste ano, saiu do conjunto das bizarrices esquerdistas para se tornar uma pauta popular, uma discussão posta na ordem do dia, que começou a aparecer até mesmo nos jornais burgueses.

O ponto alto desse ato na Catedral foi a apresentação da Real Formação de Quadrilha. Eram jovens vestidos de jeca, como numa festa junina, dançando quadrilha. Uma forma criativa e divertida de criticar e mostrar o absurdo da criminalização que estava ocorrendo em relação àquele movimento social. “Olha a bala de borracha!... é mentira...”; “olha a choque chegando... é mentira”... e os casais da quadrilha se refaziam.

No final da tarde a concentração saiu em passeata em direção à prefeitura. Lá, de dentro de uma caixa preta – simbolizando a caixa preta dos transportes que o prefeito tinha prometido abrir durante a campanha eleitoral – foram tiradas bexigas cheias de um líquido simulando xixi. O xixi foi atirado em frente ao prédio da prefeitura. O meu xixi era de verdade, e eu havia trazido de casa numa garrafinha. Na semana anterior o prefeito tinha feito a besteira, própria de gente que quer demonstrar autoridade, de declarar que ele não era “bocó” e de que ninguém iria fazer “xixi” na perna dele, se referindo às manifestações contra o aumento das tarifas. Prato cheio para desmoralizar o prefeito e fazer manifestações criativas. Pensou-se até em produzir uma camisa escrita: “Xixi Nelle”.

Prefeitura bem urinada, a passeata se dirigiu à frente do TI-CEN, para a tradicional manifestação das 18h. Assembléia feita, as figuras de sempre querendo se expressar pra multidão e atrapalhando a objetividade, decidiu-se ir ao Centro Sul, ou seja, fechar

a avenida que passa atrás do TICEN e que é um dos principais acessos tanto ao terminal quanto à ponte. Eu sempre achei que toda manifestação que vai para aquela região perde em visibilidade, e fica um tanto deprê. Lá não há gente circulando, é escuro, só passam carros. E interrompendo o fluxo dos carros lá, só ficamos nós.

Éramos alguns milhares. Interrompeu-se o tráfego de carros e ônibus por lá. Ficamos um bom tempo nessa posição. Havia um caminhão de som. Várias pessoas, como sempre, queriam ir pra ponte. Uma linha da tropa de choque já estava a postos mais adiante na avenida para impedir isso. Uma ousadia sinistra que sempre esteve presente em todos os dias fazia-se presente novamente. Quando boa parte dos manifestantes começou a caminhar ao encontro da tropa de choque (em direção à ponte), o caminhão de som foi embora, assim como os membros do MPL que estavam sob salvo conduto. Subi numa passarela para observar essa ousadia suicida.

A multidão se aproximou dos policiais, ficando cara a cara com eles, sem que nenhum dos lados atacasse. E ficaram assim nessa posição por vários e vários minutos, até que, começando a esvaziar, resolvi ir embora. Ficou explicitamente demonstrado como a atuação da polícia na quinta-feira anterior havia sido totalmente desnecessária. Agora a polícia agia de forma mais inteligente. Deixou os manifestantes se aproximarem dela, ficarem encostados, mas sem os deixar passar. Desse modo não se produziam grandes pautas para os jornais, não trazia custo político pois não havia feridos nem repressão e ainda por cima deixava em nós uma sensação de impotência, de que chegamos ao nosso limite sem termos conseguido nada efetivamente.

Ainda nesse dia a polícia usaria bombas, quando os manifestantes, horas depois, tentaram fechar a Beira-Mar, já em número bem menor.

No dia seguinte, praticamente não houve manifestação em frente ao TICEN.

* * *

Nova reunião do MPL no sábado, dia 11 de junho. Diante do refluxo, e da situação de pouca influência do MPL dentro das manifestações, resolveu-se que faríamos uma ação específica do MPL, como parte agora de uma “guerra de baixa intensidade”. Ocuparíamos a secretaria de transporte, que ficava no quinto andar de um prédio privado no centro da cidade. Ficaríamos acorrentados até que o aumento fosse revogado.

Eu achava uma boa idéia a fazer, mas por outro lado, eu não via apontado ou não conseguia vislumbrar exatamente como venceríamos a guerra. No ano passado houve um ultimato, um grande chamado conjunto à desobediência civil, que fez fechar as portas dos colégios, do comércio, das repartições públicas, sem que nem precisássemos ir às ruas. Esse ano, àquela altura, eu achava que cada vez estava mais difícil ganharmos. Não tínhamos um exército profissional para agüentar ficar nas ruas por mais de duas semanas. As pessoas tinham que voltar aos seus afazeres cotidianos.

De qualquer modo, toda a preparação e ação de ocupação foram imensamente pedagógicas para a garotada e para todos nós. Tivemos que ter muita disciplina, formar comissões responsáveis por comunicação, alimentação, apoio jurídico, entre outras. Tivemos que acertar os relógios, fazer tudo pontualmente, para que nada desse errado. Cerca de vinte militantes se acorrentaram dentro da secretaria, na terça-feira, dia 14 de junho, às 14h15.¹⁰ Conseguimos uma boa repercussão. Mas no início da noite, saímos de

¹⁰ Leia aqui o manifesto que foi divulgado pelo MPL:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/319963.shtml>

lá. O prédio era privado, e a polícia iria nos retirar a força... Aos que, como fogo de palha, achavam que venceriam a guerra tacando pedras na polícia no primeiro dia, foi uma demonstração de organização, dedicação e de fôlego a realização dessa ocupação na terceira semana de manifestações.

Da Secretaria de Transporte fomos à Câmara de Vereadores, onde seria discutido um projeto que a prefeitura estava encaminhando, no qual apontava a redução das tarifas através de subsídio municipal. Pelo projeto, a prefeitura subsidiaria o retorno ao patamar anterior as tarifas que tinham valor acima de dois reais. Com a nossa presença na casa, nossa entrada forçada na sala de reuniões da Câmara e um discurso bem articulado, os vereadores se sentiram pressionados o suficiente para acrescentarem um “substitutivo global” ao projeto, garantindo que todas as linhas tivessem a tarifa subsidiada ao valor anterior, e não apenas aquelas cuja tarifa era mais de dois reais.

Naquela semana, ações e bloqueios aconteciam em torno da UFSC, com universitários e secundaristas, que mantiveram acesa a chama das manifestações de rua.

* * *

No início daquela semana algumas pessoas haviam divulgado através de cartazes e panfletos um chamado para uma grande manifestação na... quinta-feira. Acabei indo pra ver no que ia dar. Vários outros companheiros do MPL também foram, como sempre. Mas não tomamos papel ativo, pelo menos inicialmente. Diferentemente dos outros dias, às 18h em ponto a passeata saiu do TICEN. Não sabia eu para onde ela se dirigia, não havia visto sequer uma assembléia decidir algo. Inicialmente até me neguei fazer o papel de ovelha e resolvi não seguir a passeata (seguir uma passeata que não sei aonde estaria indo). Mas acabei indo, pelo menos para

observar. Ela ia à prefeitura. Chegando lá, das centenas de pessoas ali, várias esbravejaram contra a prefeitura. Na impossibilidade patente de se entrar na prefeitura (havia policiais da tropa de choque fazendo guarda), a passeata se dirigiu ao Centro Sul, para parar o trânsito por lá. No caminho, novamente eu e nem a maioria sabia para onde estávamos indo, mas fomos. Éramos cerca de 600, creio. Paramos o tráfego naquela região. Um ou outro ônibus foi pichado, uma ou outra pedra foi atirada em algum ônibus.

Os minutos passavam, e parecia que o trânsito no centro da cidade estava verdadeiramente congestionado. De longe, víamos que o trânsito em cima da ponte estava parado. Sentia falta do L. F. naquele dia, incansável e admirável militante do MPL. Só falar nele que ele apareceu, ele estava em outro *front*, que nem sabíamos que havia. Como a passeata havia saído exatamente às 18h, depois desse horário, as pessoas que chegaram em frente ao TICEN acabaram dando origem a uma outra manifestação, que acabou bloqueando a Paulo Fontes pela altura da rodoviária.

Fui buscar minha bicicleta, que havia deixado amarrada em frente ao TICEN. No caminho fui percebendo como estava realmente tudo parado, digo, o trânsito. Nada havia sido combinado, e justamente no dia que parecia tudo menos organizado, e se esperava menos, o acaso acabou fazendo com que os manifestantes ficassem divididos em dois pontos estratégicos, bloqueando todas as entradas ao TICEN e os acessos à ponte. Com os ônibus parados nas ruas, sem poder entrar no terminal, eles atravancavam ainda mais o trânsito.

Quando cheguei em frente ao TICEN já ouvi as primeiras bombas de efeito moral da polícia, fazendo os manifestantes recuarem. Meia hora de trânsito parado na cidade era o suficiente para a polícia atacar. A tropa de choque começou a avançar também no Centro Sul, com o mesmo arsenal de sempre. Os manifestantes foram sendo acudados para frente do TICEN. Mas para a polícia não bastava desbloquear o trânsito. Parecia que ela queria que

simplesmente evaporássemos. Porque mesmo quando todos estavam acuados em frente ao TICEN os ataques não pararam. Galhos de árvore caíram com tiros de bala de borracha. Muitos revidaram com pedras. Até a população que assistia jogou pedra na polícia. A ação da tropa de choque fez com que a única saída para os manifestantes fosse correr para dentro do centro comercial. E a indignação pela situação fez começar um quebra-quebra. Eu e outros no meio do turbilhão que passou pela rua Felipe Schmidt entre outras, tentávamos ao menos politizar os alvos.

Vários bancos foram apedrejados, assim como prédios públicos ligados a prefeitura e ao governo do estado. Algumas lojas também tiveram vidros quebrados. Orelhões foram destruídos. Eu estava de bicicleta no meio do tufão que passou pela Felipe Schmidt. Vi três orelhões juntos serem facilmente arrancados do chão por uma única pessoa. Sabia na hora que aquele orelhão iria ser o personagem principal dos noticiários de TV no dia seguinte, que obviamente se preocuparam mais em mostrar e criminalizar a destruição de propriedade do que em mostrar os manifestantes feridos e hospitalizados pela polícia.

Pelas ruas estreitas do centro, a polícia perseguia os manifestantes, atirando bombas e balas de borracha, que acertavam rostos e também quebravam vidraças de bancos. Prisões arbitrárias foram feitas como sempre. Fianças cobradas. Sem dúvida, a ação brutal da polícia é que desencadeou a destruição de propriedade.

Manifestantes voltaram ainda a se concentrar em frente ao TICEN, e levaram bombas da polícia. Mais uma quinta-feira de caos no centro de Florianópolis. Mas um dia que não esquecerei.

O secretário de segurança pública estava em um dos prédios que foram atingidos pela destruição. Depois de passado o tufão ele saiu às ruas para ver o saldo. Sua declaração era de que os alvos eram políticos: bancos, prédios do estado e da prefeitura... o orelhão... Bem, as privatizações sempre têm um lado bom, agora

destruir orelhão é se manifestar contra as corporações multinacionais.

O dia seguinte foi de chuva intensa. Dia sem manifestação. Mas como eu temia, a imprensa começou a criminalizar e desqualificar o movimento como não havia feito antes. Agora sim comecei a achar que iríamos entrar numa situação bastante difícil em relação à opinião pública, moldada de acordo com todo o peso lançado pela imprensa capitalista.

Mas o fato é que a quinta-feira, dia 16 de junho, fez o prefeito repensar mais uma vez... A situação na cidade estava ficando insustentável, e o prefeito estava ficando isolado, cada vez mais isolado. O custo político já estava pesando demais ao governo do estado, até o líder do governo do legislativo municipal já fazia duras críticas ao executivo....

Na sexta-feira à noite, dia 17 de junho, os vereadores ineditamente iriam “trabalhar” e aprovar o projeto de redução das tarifas através de subsídio municipal, com o substitutivo global, apresentado pelo próprio legislativo, que incorporava todos os patamares de tarifa ao subsídio.

A terceira semana de manifestações havia se encerrado:

“Aqui o bicho pegou na última quinta-feira... e a burguesia apavora quando o povo demonstra revolta nas ruas... cara, fiquei bem no meio de um tufão de quebra-quebra... dá medo até. O louco é que a manifestação dessa quinta não foi nem chamada pelo passe-livre... foi a mais ‘desorganizada’ de todas, mas ao mesmo tempo, com menos de mil pessoas, conseguiu literalmente parar todo o centro da cidade, o terminal do centro e as pontes por meia hora, até a polícia vir com toda brutalidade, o que gerou o quebra-quebra. Nenhuma outra manifestação tinha conseguido

parar a cidade desse jeito. É que a galera, espontaneamente e sem coordenação, fechou dois pontos diferentes do centro (a frente e os fundos do terminal do centro).

Acho que a redução das tarifas com subsídio já é uma vitória, porque pro povão o que ele vai ver é a tarifa baixar... e isso tudo é bastante pedagógico.. fica a lembrança mais uma vez de que saindo nas ruas o povo consegue as coisas, etc., etc.

Olha, se as tarifas baixarem fica difícil continuar as mobilizações de massa e mobilizações de fechamento de ruas, etc. Mas a intenção é manter a discussão sobre a municipalização dos transportes, que foi algo importante que conseguimos esse ano nessas manifestações. A discussão está posta, pelo menos na mídia escrita. Outra coisa importante é que todos os vereadores, inclusive os do partido do prefeito, estão a favor do passe-livre agora... pelo menos foi o que discursaram na sessão que aprovou o projeto de redução das tarifas com subsídio. Isso entre outras coisas porque a prefeitura dizia que não tinha dinheiro pra bancar o passe-livre e agora mostra que tem dinheiro, pois vai subsidiar as tarifas... Isso não deixa de ser um ponto pra gente."

* * *

No final de semana, já que o prefeito não havia sancionado o projeto de subsídio na sexta-feira à noite, decidimos na reunião do MPL que faríamos um acampamento/vigília em frente à prefei-

tura durante toda a segunda-feira, de modo a pressionar o prefeito a sancionar o projeto (os primeiros a colocar os pés na rua para resistir ao aumento e os últimos a sair... à dedicação do MPL não cabe, evidentemente, nenhuma autocrítica). Àquela altura dos acontecimentos, estranhamente o prefeito não sancionou o projeto nem sequer na segunda-feira, dia 20 de junho. Estaria ele ainda querendo “resistir” a três semanas seguidas de mobilização e de caos na cidade, e que lhe impuseram um isolamento político?

Na terça-feira, dia 21 de junho, ele também não sancionaria o projeto de lei. Ele iria além, simplesmente revogaria o aumento das tarifas, voltando ao preço anterior. O discurso do prefeito agora era de que, uma vez que as empresas de transporte participaram da implementação desse sistema, elas portanto deveriam arcar com o custo disso. O isolamento causado pela pressão e revolta popular fez o prefeito preferir, momentaneamente, trocar a advocacia das empresas pela advocacia do povo. A tarifa foi reduzida sem subsídio público. O prefeito mudou seu discurso em 180 graus. Um governo de esquerda ou de direita é uma questão de mobilização popular, de revolta nas ruas, muito mais do que de um número digitado a cada quatro anos.

A revogação pura e simples do aumento teria sido a forma do prefeito, naquela situação, evitar terminar e ser lembrado como vilão da história e o legislativo como o “solucionador”? A revogação pura e simples do aumento teria sido assim uma forma do prefeito conseguir “sair por cima” do legislativo, diante da situação? É provável que sim. É provável que isto tenha pesado na balança, para a decisão da revogação do aumento. Diante disso, não é difícil concluir que a presença e atuação de manifestantes na Câmara de Vereadores, no dia 14 de junho, acabou tendo um importante papel na revogação do aumento – por forçar os vereadores a irem mais além do projeto do prefeito. Sem dúvida, o “caos” criado no dia 16 de junho à noite na cidade, também foi determinante no desenrolar final e vitorioso da guerra (para a população). A primeira,

uma ação bem calculada e razoavelmente planejada, e relativamente “bem comportada”. A segunda, pouco ou nada planejada, em que o acaso teve uma forte presença, e que ficou marcada como um forte e impressionante distúrbio de rua. Um exemplo de como diferentes práticas e formas de ação, que muitas vezes parecem ser contraditórias, acabam se combinando em um processo maior e vitorioso.

* * *

Uma conquista inestimável das mobilizações de 2005 foi ter conseguido lançar publicamente e ter difundido a idéia de municipalização dos transportes, que é um grande passo para a desmercantilização desse serviço. Com o fim das manifestações, a tendência é que essa discussão saia da ordem do dia. Mas de qualquer forma, ela já não é algo relativo a um grupo de extremistas como se suporia tempos atrás.

E essas lutas sociais em torno da redução das tarifas de ônibus, tanto em Florianópolis, quanto em outros lugares, é algo que não pode ser mais abafado. É fato consumado que os estudantes e a população irão cada vez mais ir para as ruas mobilizados em torno dessa questão social. Percebendo isso, aos empresários do setor só resta tentar recuperar essa luta e essa insatisfação em proveito próprio. O MDT (Movimento pelo Direito ao Transporte), através da campanha pela Tarifa Cidadã é a prova disso, e portanto a prova da força e do potencial dessas mobilizações populares.

Sim, dizem os empresários, a tarifa está muito cara, e a culpa é dos altos impostos e das gratuidades existentes no sistema...

Mas nós temos uma visão anticapitalista do problema...

* * *

Embora as revoltas contra os aumentos das tarifas de ônibus em Florianópolis devam muito ao trabalho feito pelo Passe-Livre nos últimos anos, em 2005, após os estudantes e a população terem se lançado às ruas, a influência do MPL na condução do processo foi relativamente pequena, talvez, se comparada ao ano anterior. A vitória foi conquistada, mas uma questão se pôs: a relação entre a multidão e grupos políticos organizados; a questão da direção de um movimento social. Qual o papel de um grupo que se coloca a tarefa de pensar a efetividade política (a conquista das reivindicações) das mobilizações populares?

Quando falo de direção não falo de mando e obediência, e nem de manipulação das massas. Falo de um grupo que pensa, planeja, discute e estuda as questões sociais em torno do levante popular, assim como o dia-a-dia do levante, de modo a se chegar à conquista das reivindicações do movimento. Ora, tal papel de direção se faz necessário partindo do pressuposto que, deixada à sua própria dinâmica, a revolta popular somente por acaso e pouco provavelmente se efetivaria nas conquistas almejadas. Esse direcionamento, esse grupo articulador, propulsor e pensante, visaria portanto aumentar a probabilidade de que a revolta popular se reflita no atendimento ou conquista das reivindicações. Uma lição que talvez possa ser tirada da guerra da tarifa de 2005 é a de que não existe um modelo de direção a ser adotado para todo e qualquer levante ou movimento popular. A questão é: qual tipo e forma de direção é possível (e desejável) em determinado levante ou movimento popular? Por exemplo, com certa composição social a única direção efetiva, possível e desejável, não é aquela que tenta disciplinar, moldar ou controlar o comportamento social a um ideal, mas aquela que consegue encontrar e pôr em uma seqüência virtuosa as práticas diversas, aparentemente antagônicas e espontâneas que surgem da movimentação social. A boa direção e a direção possível, nesses casos, é a que sabe jogar, compor e cri-

ar com as práticas produzidas de forma autônoma pela movimentação social.

De outro modo, ocorre o que Kenneth Rexroth observou bem, por exemplo, quando dos protestos da juventude norte-americana nos anos 60 contra a guerra do Vietnã: quando grupos políticos tentavam forçar os protestos em seus canais e programas, descobriam que os manifestantes haviam repentinamente sumido, e/ou que os grupos mais “violentos” e “loucos” eram, sem dúvida, aos olhos deles, formados em 75% por *agentes provocadores*¹¹.

É claro que, na atuação do MPL-Floripa, era possível enxergar as duas tentativas de direção apontadas acima, em diferentes momentos e diante de diferentes circunstâncias: uma mais *disciplinar*, digamos, e outra mais invisível, que tentava articular em vitória a revolta popular como um todo, com as diferentes práticas que a compunham.

Se o movimento contra o aumento das tarifas em 2005 foi rico em experiências, certamente um dos motivos foi ter sido um processo em que contradições surgiam e se colocavam diante de nós. Parecia que muitas posições e situações se alteravam e alternavam com imensa velocidade. Contradições e antinomias que perpassam os processos e fenômenos sociais e que, aqueles que se lançam à prática das lutas sociais se vêem envoltos, muitas vezes, restando tirar proveito, superar ou aprender a partir delas.

* * *

Tento aqui fazer uma autocrítica como membro do MPL-Floripa, em que pese não termos conseguido ajudar mais eficien-

¹¹ Veja, de Kenneth Rexroth, *The Making of the Counterculture*: <http://www.bopsecrets.org/rexroth/essays/counterculture.htm>

temente ao movimento social alcançar mais facilmente e rapidamente seus objetivos, que eram evidentemente também os nossos. Seguem alguns pontos:

- Muitas vezes, durante o processo, me pareceu que o MPL-Floripa havia perdido o contato e o entendimento do modo de ser, agir e pensar da juventude. Tudo aquilo que tinha sido um dos grandes diferenciais e uma das qualidades da JRI e do MPL. Lembro por exemplo de um camarada, dirigente local do PT, que em reuniões expôs uma análise do movimento muito mais libertária e sensata do que nós do MPL-Floripa em geral estávamos tendo, compreendendo muito melhor a dinâmica e as características da composição juvenil do movimento.
- Outro ponto de autocrítica e avaliação é a dependência que se notou em relação às “lideranças” que foram presas no primeiro dia. O restante do MPL demonstrou não estar preparado pra assumir o lugar e ter respaldo dos estudantes nas concentrações e manifestações nas ruas. Faltou a experiência, a prática e o reconhecimento para organizar, falar e conduzir manifestações de rua.
- Outro ponto foi a falha na comunicação com os manifestantes sobre os passos que o MPL-Floripa estava dando fora das ruas. Reuniões que eram feitas com autoridades, divulgadas ou não pela imprensa, causavam desconfiança em boa parte de manifestantes que estavam nas ruas. O receio era de que membros do MPL-Floripa estivessem negociando com as autoridades em nome do movimento que se fazia nas ruas. Faltou sem dúvida esclarecimento sobre o conteúdo dessas reuniões

etc. Essa falta de comunicação, e também esses receios, não deixam de ser um sintoma da relativa perda de contato que o MPL-Floripa acabou tendo em relação a muitos que também faziam o movimento nas ruas. O MPL talvez tenha ficado próximo de ser visto com aversão por boa parte desses manifestantes, correndo o risco de ser posto no mesmo conjunto das entidades estudantis e partidos políticos repudiados e desconfiados pela juventude que tomava as ruas. Sendo assim, nunca é demais lembrar que a frente do MPL deve ser construída acima de tudo com a população, com as pessoas comuns que vão para as ruas, mais do que com entidades e grupos políticos. Certamente essa falha na comunicação e no contato não foi privilégio do MPL-Floripa, mas de todos que compuseram o Comitê de Resistência. A única diferença é que o MPL-Floripa talvez fosse o único a ter uma credibilidade e respaldo a perder, em relação a outras entidades e organizações.

- A meu ver houve este ano uma perda de capacidade de planejar uma estratégia para a vitória, como no ano passado em que se planejou e se efetivou um ultimato. Talvez isso tenha ocorrido em parte também como resultado da repressão acentuada sobre militantes do MPL já no primeiro dia de manifestações, fazendo com que o MPL ficasse mais preocupado em descriminalizar a si próprio e ao movimento como um todo, e tendo mais dificuldade assim de pensar os golpes finalizadores a dar.

Gostaria agora de tocar em um ponto que diz respeito a revoltas em torno da tarifa do transporte que eclodiram em outros cantos do país, e que diferentemente das que aconteceram nos últimos anos em Florianópolis, não resultaram na redução das tarifas. Nesses lugares, em geral se viu, e se reclamou, o movimento ter sido minado e esvaziado pela ação de dirigentes de entidades estudantis/partidos políticos, que acabavam se colocando como lideranças e dirigentes de um movimento que nada ou muito pouco tinha a ver com essas entidades, sentando à mesa e fazendo negociações com as autoridades, alheios aos verdadeiros anseios dos que foram às ruas. A multidão se fez nas ruas, de forma independente e autônoma a esses dirigentes e entidades, com forte grau de rechaço a eles. Como então se explica esses partidos e entidades se colocarem à frente e negociarem em nome do movimento? E pior, como então que com negociações alheias aos anseios do movimento conseguissem de fato esvaziá-lo?

Isso talvez se explique pelas pessoas que constituem essa multidão politicamente independente e autônoma deixarem vazios certos espaços, não criarem elas a sua direção (se auto-dirigirem!), não se articularem suficientemente. Deixarem vazios os espaços de fala durante as manifestações, para citar apenas um exemplo visível. Por serem independentes e autônomos mas desarticulados (ou insuficientemente articulados), o movimento fica à mercê daqueles que, por serem articulados e bem organizados se apontam como líderes, embora de fato não sejam os melhores representantes ou formalizadores do espírito, das práticas e dos anseios do movimento real. Não são os melhores, mas são os únicos...

Isso não aconteceu em Florianópolis em 2004 e nem em 2005. Porque essa independência e autonomia que tem impulsionado revoltas pelo Brasil, teve em grande medida no MPL (principalmente em 2004) a expressão de sua articulação, não deixando os vazios acima mencionados, pelo menos não a ponto de que o movimento pudesse ser minado ou esvaziado.

* * *

De Salvador a Florianópolis. De Vitória a Uberlândia. De Campinas a Vitória da Conquista. Por todo o Brasil se acumulam com cada vez maior frequência movimentos e revoltas em torno da questão do transporte coletivo. Um grande rechaço aos partidos políticos, às instituições, às entidades constituídas, às hierarquias, é a marca da composição juvenil que protagoniza essas manifestações. É época em que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude estão sendo constituintes não só de manifestações, mas de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, capaz, quem sabe, de mudar o panorama das lutas sociais no Brasil. Até agora, a potência política que brota dessa independência, autonomia e rebeldia constituintes, tem tido sua expressão mais elaborada no MPL. A constituição do MPL como articulação nacional dessa independência e dessa rebeldia pode, assim esperamos, abrir e produzir histórias inesperadas até poucos anos atrás, em que essas guerras da tarifa de Florianópolis sejam apenas um prelúdio...

Leo Vinicius
Julho de 2005

“A notícia, trazida por um assessor, de que os manifestantes haviam posto fogo na Câmara de Vereadores, caiu como uma verdadeira bomba. O prefeito começou a ter espasmos numa das faces. O secretário de transporte aconselhou, pela primeira vez, a que o prefeito revogasse o aumento. O medo, e só o medo do povo faz a classe dominante recuar. E eles têm

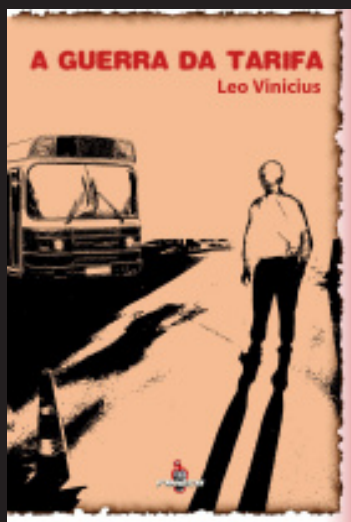
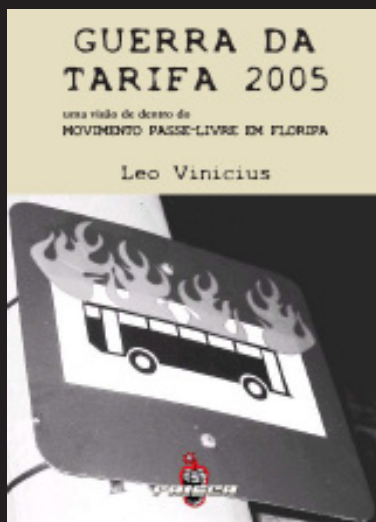


muito mais medo do povo que o povo deles e de sua polícia. Quando souberam que manifestantes se dirigiam à prefeitura o pânico tomou conta dos funcionários, dos secretários da prefeitura e do prefeito. Alguns ligaram para seus familiares desesperados, outros, quase chorando pediam para que as luzes fossem apagadas, de modo que os manifestantes achassem que não havia ninguém ali. Apreensão e medo, muito medo, circulou pelo décimo primeiro andar da prefeitura. Naquele dia, o prefeito teve que ir embora resgatado e escoltado pela polícia.”

[...]

“Por todo o Brasil se acumulam com cada vez maior freqüência movimentos e revoltas em torno da questão do transporte coletivo. Um grande rechaço aos partidos políticos, às instituições, às entidades constituídas, às hierarquias, é a marca da composição juvenil que protagoniza essas manifestações. É época em que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude estão sendo constituintes não só de manifestações, mas de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, capaz, quem sabe, de mudar o panorama das lutas sociais no Brasil.”

Leo Vinicius



Contém dois livros
de Leo Vinicius:
* *A Guerra da Tarifa* e
* *Guerra da Tarifa 2005 - Uma visão
de dentro do Movimento Passe-Livre em Floripa,*
ambos publicados pela
Fáisca Publicações Libertárias.